

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	130
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	134
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	691.553
Preferenciais	341.944
<b>Total</b>	<b>1.033.497</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	9.101.836	8.118.763
1.01	Ativo Circulante	1.859.239	2.859.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109.154	123.868
1.01.01.01	Caixa e Bancos	291	345
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	108.863	123.523
1.01.03	Contas a Receber	149.875	96.055
1.01.03.01	Clientes	149.875	96.055
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.841	21.271
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.841	21.271
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	53.841	21.271
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.546.369	2.618.234
1.01.08.03	Outros	1.546.369	2.618.234
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	466.991	1.938.765
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.000.561	606.372
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	6.386	17.943
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	68.708	54.362
1.01.08.03.05	Outros ativos	3.723	792
1.02	Ativo Não Circulante	7.242.597	5.259.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.883.414	2.909.165
1.02.01.03	Contas a Receber	10.668	0
1.02.01.03.01	Clientes	10.668	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	108.601	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.601	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.764.145	2.627.819
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	59.772	47.634
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	4.683.700	2.571.589
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	8.755	4.997
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	11.918	3.599
1.02.02	Investimentos	2.329.535	2.328.478
1.02.02.01	Participações Societárias	2.329.535	2.328.478
1.02.03	Imobilizado	22.191	16.837
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.191	16.837
1.02.04	Intangível	7.457	4.855
1.02.04.01	Intangíveis	7.457	4.855

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	9.101.836	8.118.763
2.01	Passivo Circulante	923.506	446.339
2.01.02	Fornecedores	21.694	9.938
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.694	9.938
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.376	7.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.376	7.878
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	33.376	7.878
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	787.278	279.491
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	412.951	16.292
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	412.951	16.292
2.01.04.02	Debêntures	374.327	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	81.158	149.032
2.01.05.02	Outros	81.158	149.032
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	99.648
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.185	33.696
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	24.968	15.688
2.02	Passivo Não Circulante	3.589.233	3.575.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.280.176	3.420.951
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.092	1.451
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.092	1.451
2.02.01.02	Debêntures	3.273.084	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	39.756	38.503
2.02.02.02	Outros	39.756	38.503
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	39.756	38.503
2.02.03	Tributos Diferidos	266.777	114.849
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	266.777	114.849
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	266.777	114.849
2.02.04	Provisões	2.524	878
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.524	878
2.03	Patrimônio Líquido	4.589.097	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	201.059	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	751.496	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	554.051	978.770	287.605	602.274
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.727	-106.565	-17.088	-41.537
3.02.01	Pessoal e Administradores	-8.115	-20.627	-6.450	-18.815
3.02.02	Material	-11.591	-58.564	-4.770	-8.651
3.02.03	Serviços de Terceiros	-10.524	-20.569	-3.820	-9.216
3.02.04	Depreciação e Amortização	-277	-608	-108	-325
3.02.05	Outros Custos	-2.220	-6.197	-1.940	-4.530
3.03	Resultado Bruto	521.324	872.205	270.517	560.737
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	156.669	168.718	187.676	217.643
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.486	-58.551	-11.944	-41.193
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-12.348	-34.786	-6.858	-18.329
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-6.615	-16.970	-1.141	-17.314
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-237	-761	-366	-886
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-1.286	-6.034	-3.579	-4.664
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	45.169	45.169
3.04.04.01	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	0	45.169	45.169
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	177.155	227.269	154.451	213.667
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	677.993	1.040.923	458.193	778.380
3.06	Resultado Financeiro	-93.982	-223.046	-49.633	-176.805
3.06.01	Receitas Financeiras	10.389	79.998	31.040	56.764
3.06.02	Despesas Financeiras	-104.371	-303.044	-80.673	-233.569
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	584.011	817.877	408.560	601.575
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-106.064	-66.381	-109.018	-132.265
3.08.01	Corrente	-31.698	-76.273	-11.298	-39.761
3.08.02	Diferido	-74.366	9.892	-97.720	-92.504
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	477.947	751.496	299.542	469.310
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	477.947	751.496	299.542	469.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.01.02	PN	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.02.02	PN	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	477.947	751.496	299.542	469.310
4.03	Resultado Abrangente do Período	477.947	751.496	299.542	469.310

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	751.813	561.877
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	138.700	133.833
6.01.01.01	Resultado no Período	751.496	469.310
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-227.269	-213.667
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.369	1.212
6.01.01.04	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-429	639
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos e Financiamentos	15.764	111.722
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	268.395	118.405
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	76.273	39.761
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.892	92.503
6.01.01.09	Tributos Diferidos	8.017	-1.675
6.01.01.10	Remuneração do Ativo Financeiro	-755.894	-443.943
6.01.01.11	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	-45.169
6.01.01.12	Provisão para Parcela Variável	1.801	4.735
6.01.01.13	Provisão para multa	9.069	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	613.113	428.044
6.01.02.01	(Aumento) de Clientes	-16.932	-12.177
6.01.02.02	Diminuição do Ativo Financeiro	640.801	448.503
6.01.02.03	(Aumento) diminuição no Saldo de Impostos e Contribuições Sociais Ativos Líquido do Passivo	-25.363	2.569
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social pagos	-41.592	-29.631
6.01.02.07	(Aumento) no saldo de Outros Créditos	-9.570	-5.999
6.01.02.08	Aumento (redução) no saldo de Fornecedores	2.843	-1.293
6.01.02.09	Aumento no saldo de Taxas Regulamentares	12.222	4.338
6.01.02.10	(Redução) aumento no saldo de Outras Contas a Pagar	-13.512	20.873
6.01.02.11	Dividendos Recebidos de controladas	30.000	0
6.01.02.12	Dividendos Recebidos de controladas em conjunto e coligadas	34.216	861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-220.816	-2.816.579
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	1.487.452	-1.937.051
6.02.02	Aquisição de coligadas e controladas (líquida do caixa adquirido)	-1.691.415	-876.193
6.02.03	Caixa oriundo da incorporação de subsidiárias	143.278	0
6.02.04	Adições no imobilizado e intangível	-6.675	-3.335
6.02.05	Aumento de capital nas controladas	-153.456	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-545.711	2.295.512
6.03.01	Captação de Empréstimos	5.728	727
6.03.02	Emissão de Notas Promissórias	399.744	904.839
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-283.964	-14.481
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.251	-2.048
6.03.05	Pagamento de Debêntures - Juros	-87.147	-108.594
6.03.06	Pagamento de Debêntures - Principal	-216.536	0
6.03.07	Emissão de Ações na Controladora	0	1.729.336
6.03.08	Dividendos Pagos	-359.285	-214.267
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.714	40.810

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.868	265.593
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109.154	306.403

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.496	0	751.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.496	0	751.496
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	751.496	0	4.589.097

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.729.336	0	-214.267	0	0	1.515.069
5.04.01	Aumentos de Capital	1.755.000	0	0	0	0	1.755.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-25.664	0	0	0	0	-25.664
5.04.08	Destinação da Reserva Especial Como Dividendos Adicionais	0	0	-214.267	0	0	-214.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	469.310	0	469.310
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	469.310	0	469.310
5.07	Saldos Finais	3.041.872	594.507	131.162	469.310	0	4.236.851

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
7.01	Receitas	1.056.228	650.012
7.01.02	Outras Receitas	1.056.228	650.012
7.01.02.01	Operação e manutenção	264.157	203.392
7.01.02.02	Receita de construção e indenização	45.964	5.404
7.01.02.03	Receita de remuneração do ativo financeiro	755.894	443.919
7.01.02.04	Parcela variável e outras receitas operacionais	-9.787	-2.703
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.926	-44.234
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-96.103	-35.182
7.02.04	Outros	-10.823	-9.052
7.03	Valor Adicionado Bruto	949.302	605.778
7.04	Retenções	-1.369	-1.212
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.369	-1.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	947.933	604.566
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	307.267	317.469
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	227.269	213.667
7.06.02	Receitas Financeiras	79.998	56.764
7.06.03	Outros	0	47.038
7.06.03.01	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	45.169
7.06.03.02	Outras	0	1.869
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.255.200	922.035
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.255.200	922.035
7.08.01	Pessoal	46.802	31.217
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.788	20.273
7.08.01.02	Benefícios	14.686	9.586
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.328	1.358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153.857	187.939
7.08.02.01	Federais	153.513	187.610
7.08.02.02	Estaduais	130	199
7.08.02.03	Municipais	214	130
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	303.045	233.569
7.08.03.01	Juros	284.159	230.128
7.08.03.03	Outras	18.886	3.441
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	751.496	469.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	751.496	469.310

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	9.521.380	9.584.907
1.01	Ativo Circulante	1.973.895	3.762.674
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	152.056	538.696
1.01.01.01	Caixa e Bancos	7.446	53.545
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	144.610	485.151
1.01.03	Contas a Receber	160.085	155.073
1.01.03.01	Clientes	160.085	155.073
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.928	70.711
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.928	70.711
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	72.928	70.711
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.588.826	2.998.194
1.01.08.03	Outros	1.588.826	2.998.194
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	466.991	1.938.765
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro	1.064.263	1.006.283
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.386	4.245
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	380	967
1.01.08.03.05	Outras Contas a Receber	47.083	44.211
1.01.08.03.06	Outros Ativos	3.723	3.723
1.02	Ativo Não Circulante	7.547.485	5.822.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.547.309	5.635.748
1.02.01.03	Contas a Receber	11.278	0
1.02.01.03.01	Clientes	11.278	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	133.518	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	133.518	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.402.513	5.354.402
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	140.670	149.156
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	5.225.614	5.166.859
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições Sociais	14.202	19.215
1.02.01.09.06	Outras Contas a Receber	8.755	6.663
1.02.01.09.07	Depositos Judiciais	13.272	12.509
1.02.02	Investimentos	1.970.530	161.733
1.02.02.01	Participações Societárias	1.970.530	161.733
1.02.03	Imobilizado	22.189	17.458
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.189	17.458
1.02.04	Intangível	7.457	7.294
1.02.04.01	Intangíveis	7.457	7.294

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	9.521.380	9.584.907
2.01	Passivo Circulante	976.551	642.962
2.01.02	Fornecedores	31.595	26.417
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.595	26.417
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.143	21.548
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.143	21.548
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.143	21.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	824.609	421.715
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	450.282	158.516
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	412.950	112.621
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	37.332	45.895
2.01.04.02	Debêntures	374.327	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	85.204	173.282
2.01.05.02	Outros	85.204	173.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	99.648
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	58.561	51.447
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	26.638	22.187
2.02	Passivo Não Circulante	3.955.732	4.844.702
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.589.611	4.316.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	316.527	896.820
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.123	420.880
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	309.404	475.940
2.02.01.02	Debêntures	3.273.084	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	40.701	47.910
2.02.02.02	Outros	40.701	47.910
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	40.701	47.910
2.02.03	Tributos Diferidos	322.896	477.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322.896	477.519
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	466	164.134
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	322.430	313.385
2.02.04	Provisões	2.524	2.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.524	2.953
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.589.097	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	201.059	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	751.496	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	612.044	1.138.667	527.621	882.187
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.014	-143.562	-34.236	-63.331
3.02.01	Pessoal e Administradores	-8.115	-20.809	-7.205	-20.576
3.02.02	Material	-21.870	-77.783	-9.215	-13.345
3.02.03	Serviços de Terceiros	-12.370	-36.466	-14.683	-21.384
3.02.04	Depreciação e Amortização	-277	-608	-108	-325
3.02.05	Outros Custos	-2.382	-7.896	-3.025	-7.701
3.03	Resultado Bruto	567.030	995.105	493.385	818.856
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	127.411	92.877	39.834	42.453
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.640	-60.861	-13.837	-44.175
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-12.348	-34.810	-9.434	-21.447
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-6.760	-18.940	-665	-17.280
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-237	-761	-366	-886
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-1.295	-6.350	-3.372	-4.562
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	45.169	45.169
3.04.04.01	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	0	45.169	45.169
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	148.051	153.738	8.502	41.459
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	694.441	1.087.982	533.219	861.309
3.06	Resultado Financeiro	-98.203	-254.025	-58.781	-189.639
3.06.01	Receitas Financeiras	11.712	94.445	43.505	71.497
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.915	-348.470	-102.286	-261.136
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	596.238	833.957	474.438	671.670
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-118.291	-82.461	-174.896	-202.360
3.08.01	Corrente	-32.461	-92.585	-31.597	-66.252
3.08.02	Diferido	-85.830	10.124	-143.299	-136.108
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	477.947	751.496	299.542	469.310
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	477.947	751.496	299.542	469.310
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	477.947	751.496	299.542	469.310

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.01.02	PN	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
3.99.02.02	PN	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	477.947	751.496	299.542	469.310
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	477.947	751.496	299.542	469.310
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	477.947	751.496	299.542	469.310

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	837.010	662.841
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	146.318	144.112
6.01.01.01	Resultado no Período	751.496	469.310
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-153.738	-41.459
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.369	1.211
6.01.01.04	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-429	794
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos	59.581	137.668
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	268.395	118.405
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-10.124	136.108
6.01.01.08	Tributos Diferidos	6.338	6.044
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-875.254	-706.409
6.01.01.10	Impostos renda e contribuição social correntes	92.585	66.252
6.01.01.11	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	-45.169
6.01.01.12	Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	-4.846	-3.172
6.01.01.13	Provisão parcela variável	1.876	4.529
6.01.01.14	Provisão para multa	9.069	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	690.692	518.729
6.01.02.01	(Aumento) de Clientes	-18.166	-8.348
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	758.519	586.996
6.01.02.03	(Aumento) redução no saldo de Impostos e Contribuições Sociais ativos líquido do passivo	-15.038	452
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social pagos	-61.156	-47.503
6.01.02.07	(Aumento) redução no saldo de Outros Créditos	-8.151	479
6.01.02.08	Aumento (redução) no saldo de Fornecedores	5.178	23.481
6.01.02.09	Aumento no saldo de Taxas Regulamentares	7.114	5.156
6.01.02.10	(Redução) aumento no saldo de Outras Contas a Pagar	-11.824	-42.845
6.01.02.11	Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	34.216	861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-212.574	-2.388.887
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	1.485.106	-1.944.101
6.02.02	Aquisição de coligadas e controladas (líquido do caixa adquirido)	-1.691.415	-658.874
6.02.03	Adição/Baixas no Imobilizado e Intangível	-6.265	-3.231
6.02.04	Caixa oriundo da consolidação da UNISA	0	217.319
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.011.076	2.242.309
6.03.02	Captação de Empréstimos	5.760	727
6.03.03	Emissão de Notas Promissórias	399.744	904.839
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-730.707	-49.817
6.03.05	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-22.905	-19.914
6.03.06	Pagamento de Debêntures - Juros	-87.147	-108.595
6.03.07	Pagamento de Debêntures - Principal	-216.536	0
6.03.08	Dividendos Pagos	-359.285	-214.267
6.03.09	Emissão de Ações na Controladora	0	1.729.336
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-386.640	516.263
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	538.696	289.683

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	152.056	805.946

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.496	0	751.496	0	751.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.496	0	751.496	0	751.496
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	751.496	0	4.589.097	0	4.589.097

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.729.336	0	-214.267	0	0	1.515.069	0	1.515.069
5.04.01	Aumentos de Capital	1.755.000	0	0	0	0	1.755.000	0	1.755.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-25.664	0	0	0	0	-25.664	0	-25.664
5.04.08	Destinação da Reserva Especial Como Dividendos Adicionais	0	0	-214.267	0	0	-214.267	0	-214.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	469.310	0	469.310	0	469.310
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	469.310	0	469.310	0	469.310
5.07	Saldos Finais	3.041.872	594.507	131.162	469.310	0	4.236.851	0	4.236.851

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
7.01	Receitas	1.235.401	954.348
7.01.02	Outras Receitas	1.235.401	954.348
7.01.02.01	Operação e manutenção	306.158	246.455
7.01.02.02	Receita de construção e indenização	65.732	9.595
7.01.02.03	Receita de remuneração do ativo financeiro	875.254	706.409
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-11.743	-8.111
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-145.839	-63.962
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.189	-52.010
7.02.04	Outros	-12.650	-11.952
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.089.562	890.386
7.04	Retenções	-1.369	-1.212
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.369	-1.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.088.193	889.174
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	248.183	159.995
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	153.738	41.459
7.06.02	Receitas Financeiras	94.445	68.325
7.06.03	Outros	0	50.211
7.06.03.01	Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	0	45.169
7.06.03.02	Outros	0	5.042
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.336.376	1.049.169
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.336.376	1.049.169
7.08.01	Pessoal	46.948	35.541
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.827	23.420
7.08.01.02	Benefícios	14.780	10.619
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.341	1.502
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189.462	283.182
7.08.02.01	Federais	189.051	282.787
7.08.02.02	Estaduais	185	261
7.08.02.03	Municipais	226	134
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	348.470	261.136
7.08.03.01	Juros	327.976	256.073
7.08.03.03	Outras	20.494	5.063
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	751.496	469.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	751.496	469.310

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### Principais acontecimentos até o 3º trimestre de 2013 e eventos subsequentes

- ✓ Transferência de controle da Taesa da Cemig GT para a Cemig S.A.
- ✓ Em 11 de outubro de 2013, AGE da Taesa autorizou a 4ª emissão de debêntures no valor de até R\$540.000.

- ✓ Aquisição de coligadas

Em 31 de maio de 2013 a Taesa adquiriu participações nas empresas do Grupo TBE.

- ✓ Conclusão da compra, pela EATE, da totalidade da participação acionária detida pela Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng"), no capital social das transmissoras (i) Companhia Transleste de Transmissão, (ii) Companhia Transirapé de Transmissão e (iii) Companhia Transudeste de Transmissão ("Transmissoras") no valor de R\$33.470mil. A EATE, deste modo, tornou-se titular de 10% do capital social de cada uma das Transmissoras.
- ✓ Recebimento de dividendos da controlada ATE III e das coligadas EATE, ECTE, ENTE e ETEP no valor de R\$63.279.

- ✓ Incorporação de subsidiárias integrais e transferência de controle

Em 31 de janeiro de 2013 a Taesa incorporou a UNISA, ATE, STE e NTE. Nessa mesma data, também, ocorreram as transferências de controle da ATE II e ATE III, detidos pela UNISA, para a Taesa.

Em 30 de junho de 2013 a Taesa incorporou a ATE II.

- ✓ Mudança de prática contábil

A adoção da IFRS 11 foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2013 e resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012, eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19(R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre joint ventures e joint operations e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto

## Comentário do Desempenho

Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como joint ventures e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2013 e 2012. Cabe ressaltar que, em 30 de setembro de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes ao IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 "Presentation of Financial Statements", respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações trimestrais. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação.

Em 30 de setembro de 2013 a demonstração do resultado consolidado era composta da seguinte forma:

- Empresas consolidadas linha a linha:
  - Resultado de janeiro a setembro de TAESA, ATE III e SGT; e
  - Resultado de janeiro da STE, ATE e NTE, e resultado de janeiro a junho ATE II (subsidiárias incorporadas).
- Empresas consolidadas pela equivalência patrimonial:
  - Resultado de janeiro a setembro de ETAU e Brasnorte; e
  - Resultado de junho a setembro do Grupo TBE.

Em 30 de setembro de 2012 a demonstração do resultado consolidado era composta da seguinte forma:

- Empresas consolidadas linha a linha:
  - Resultado de janeiro a setembro da TAESA, NTE e SGT, e resultado de julho a setembro da UNISA.
- Empresas consolidadas pela equivalência patrimonial:
  - Resultado de janeiro a junho da UNISA, e resultado de janeiro a setembro da ETAU e Brasnorte.

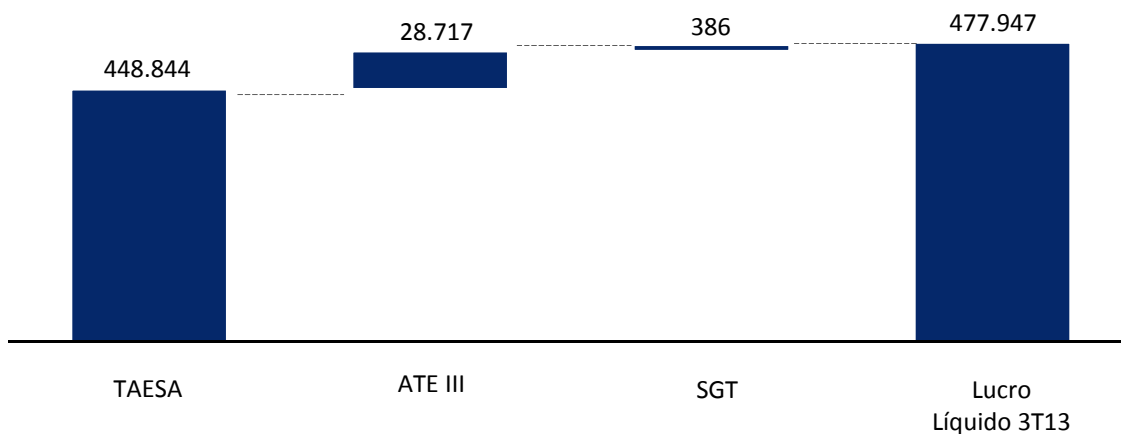
## Comentário do Desempenho

### 1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 3º TRIMESTRE DE 2013

#### 1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no terceiro trimestre de 2013, um resultado consolidado de R\$477.947, apresentando um aumento de 59,6% em relação ao resultado de R\$299.542 alcançado no mesmo período em 2012.

#### Composição do Lucro Líquido do 3T13



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 3T13.

#### 1.2 Detalhamento das Receitas

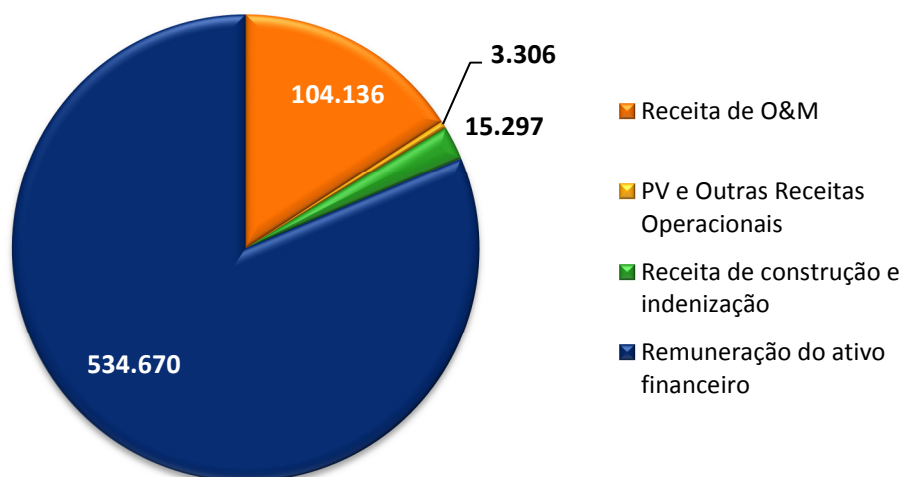
No terceiro trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$657.409, apresentando um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período em 2012.

ROB	3T13	3T12	Var.	Var.%
Consolidado	657.409	568.021	89.388	15,7%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

## Comentário do Desempenho

### Composição das receitas do 3T13

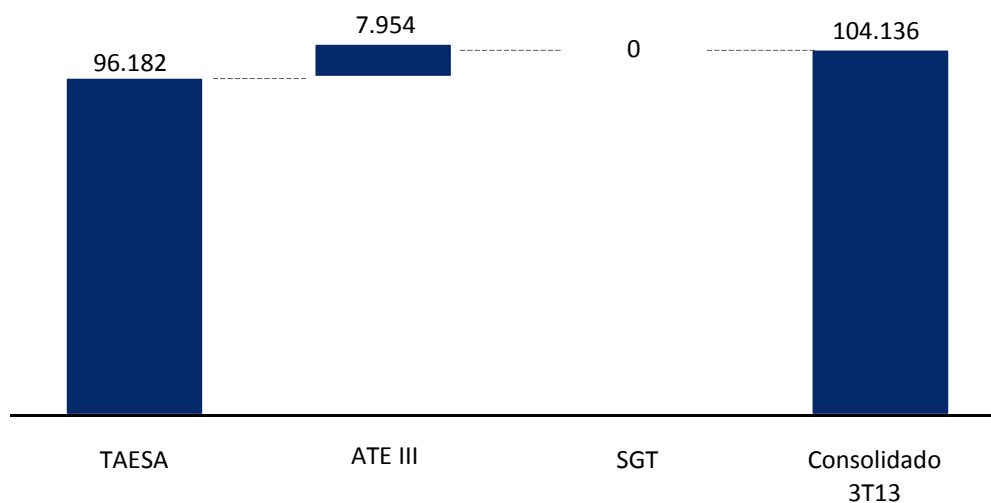


#### 1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	3T13	3T12	Var.	Var. %
Consolidado	104.136	100.402	3.734	3,7%

#### Composição da Receita de O&M do 3T13



## Comentário do Desempenho

- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 6,22% e IPCA: 6,50% - conforme Resolução Homologatória N° 1.559 de 27 de junho de 2013, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2013/2014, praticadas a partir de 01.07.2013).

### 1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

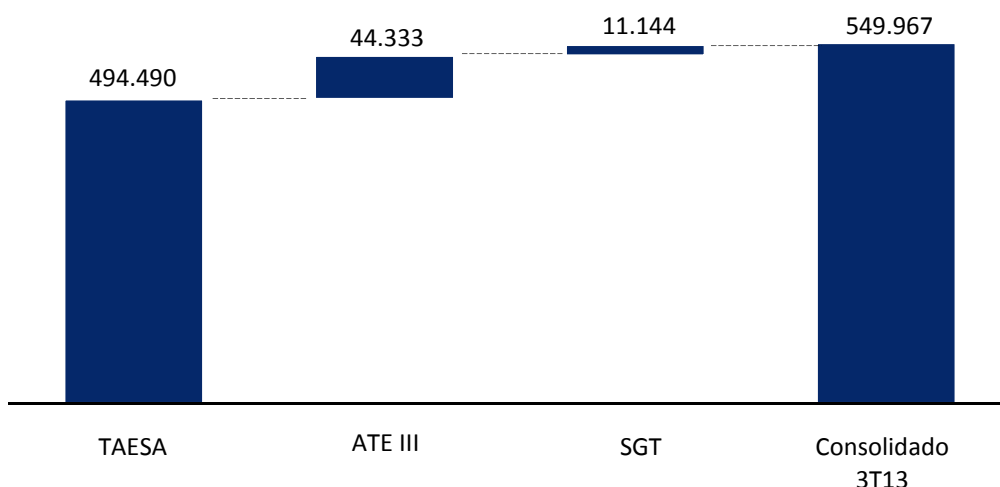
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	3T13	3T12	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	15.297	6.756	8.541	126,4%
Remuneração do ativo financeiro	534.670	467.547	67.123	14,4%
<b>Consolidado</b>	<b>549.967</b>	<b>474.303</b>	<b>75.664</b>	<b>16,0%</b>

No terceiro trimestre de 2013 a receita de construção e Indenização da Taesa consolidada somou R\$15.297, apresentando um aumento de 126,4% em relação ao mesmo período em 2012.

No terceiro trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$534.670, apresentando um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período em 2012.

#### Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 3T13



- Receita de construção referente concessão São Gotardo contribuiu com R\$ 11.055; e

## Comentário do Desempenho

- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 6,22% e IPCA: 6,50% - conforme Resolução Homologatória N° 1.559 de 27 de junho de 2013, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2013/2014, praticadas a partir de 01.07.2013).

### 1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto, ETAU e BRASNORTE.

Outras Receitas	3T13	3T12	Var.	Var.%
Consolidado	3.306	(6.684)	9.990	-149,5%

- A variação foi impactada principalmente pelo aumento de ocorrência de PVs programadas e não-programadas, e por provisões para indisponibilidades.

### 1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No terceiro trimestre de 2013, as deduções à Receita operacional foram de R\$45.365, apresentando um aumento de 12,3% sobre o mesmo período em 2012. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

#### 1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No terceiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$32.226, apresentando um aumento de 17,9% sobre o mesmo período em 2012.

PIS e COFINS	3T13	3T12	Var.	Var.%
Consolidado	(32.226)	(27.341)	(4.885)	17,9%

#### 1.3.2 ISS

O ISS é calculado com a aplicação de percentuais sobre a Receita de serviços. No terceiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$11, apresentando uma variação de 10% sobre o mesmo período em 2012.

ISS	3T13	3T12	Var.	Var.%
Consolidado	(11)	(10)	(1)	10,0%

## Comentário do Desempenho

### 1.3.3 Quota para RGR e P&D

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR). No terceiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$13.128, apresentando um aumento de 0,6% sobre o mesmo período em 2012.

RGR e P&D	3T13	3T12	Var.	Var. %
<b>Consolidado</b>	<b>(13.128)</b>	<b>(13.049)</b>	<b>(79)</b>	<b>0,6%</b>

#### Variações

Com exceção da RGR, cujo valor é definido pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem da evolução da Receita.

#### Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no terceiro trimestre de 2013, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$612.044, apresentando um aumento de 16% em relação ao mesmo período em 2012.

ROL	3T13	3T12	Var.	Var. %
<b>Consolidado</b>	<b>612.044</b>	<b>527.621</b>	<b>84.423</b>	<b>16%</b>

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

### 1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No terceiro trimestre de 2013, a Taesa registrou R\$65.140 de Custos e Despesas operacionais, apresentando um aumento de 36,6% em relação ao mesmo período de 2012.

Custos, Desp. e Receitas Operacionais	3T13	3T12	Var.	Var. %
Pessoal e Administradores	(20.463)	(16.639)	(3.824)	23,0%
Material	(21.870)	(9.215)	(12.655)	137,3%
Serviços de Terceiros	(19.130)	(15.348)	(3.782)	24,6%
Outros	(3.677)	(6.397)	2.720	-42,5%
<b>Total</b>	<b>(65.140)</b>	<b>(47.599)</b>	<b>(17.541)</b>	<b>36,9%</b>
Dep/Amort	(514)	(474)	(40)	8,4%
<b>Total</b>	<b>(65.654)</b>	<b>(48.073)</b>	<b>(17.581)</b>	<b>36,6%</b>

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 2T13:

## Comentário do Desempenho

### 1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem dos aumentos nas despesas com salários e remuneração, PLR e previdência privada na TAESA.

### 1.4.2 Material

Os impactos decorrem basicamente da construção da subestação da São Gotardo, cujo término está previsto para fevereiro de 2014.

### 1.4.3 Serviço de Terceiros

Os impactos decorrem basicamente do aumento nos custos de serviços de manutenção e da contratação de consultorias técnica e de projetos.

### 1.4.4 Outros

Os impactos positivos foram possíveis através das reversões de despesas, reduções nos impostos federais e pelo fato de não existir desembolsos com doações e patrocínios no período de julho a setembro 2013.

## 1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No 3T13 o resultado de equivalência patrimonial é composto pelas as controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE.

Resultado de Equiv. Patrimonial	3T13	3T12	Var.	Var. %
ETAU	5.832	4.854	978	20,1%
BRASNORTE	517	3.648	(3.131)	-85,8%
Grupo TBE	141.702	-	141.702	100,0%
<b>Total</b>	<b>148.051</b>	<b>8.502</b>	<b>139.549</b>	<b>1641,4%</b>

- Aquisição da TBE no segundo trimestre de 2013, adicionou R\$141.702 no resultado de equivalência patrimonial;
- O resultado da ETAU foi influenciado, basicamente, pelo reajuste da anual pela inflação, conforme Resolução Homologatória N° 1.559 de 27 de junho de 2013.
- O resultado da Brasnorte foi influenciado, basicamente, pelo reajuste tarifário previsto em contrato de concessão, conforme resolução homologatória da ANEEL publicada no segundo trimestre de 2013.

## 1.6 Resultado Financeiro

No terceiro trimestre de 2013, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$98.203 de despesa financeira líquida, apresentando um aumento na

## Comentário do Desempenho

despesa financeira líquida de 67,1% em relação ao mesmo período em 2012.

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3T13</b>	<b>3T12</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	11.592	40.333	(28.741)	-71,3%
Variações cambiais – depósitos vinculados	120	3.172	(3.052)	-96,2%
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>11.712</b>	<b>43.505</b>	<b>(31.793)</b>	<b>-73,1%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(14.437)	(64.465)	50.028	-77,6%
- Debêntures	(78.819)	(35.462)	(43.357)	122,3%
Outras Despesas Financeiras	(16.659)	(2.359)	(14.300)	606,2%
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(109.915)</b>	<b>(102.286)</b>	<b>(7.629)</b>	<b>7,5%</b>
<b>Total</b>	<b>(98.203)</b>	<b>(58.781)</b>	<b>(39.422)</b>	<b>67,1%</b>

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 3T13:

### 1.6.1 Renda de aplicação financeira

O aumento na renda de aplicação financeira foi influenciado pela entrada de recursos do Re-IPO ocorrido em julho de 2012, os quais permaneceram aplicados até o mês de maio 2013.

### 1.6.2 Variações cambiais – depósitos vinculados

No período de julho a setembro 2012 as variações cambiais devem-se às contas correntes (contas reservas) da atual incorporada ATE II e da controlada ATE III vinculadas ao BID, ambas em US\$. No mesmo período em 2013 as variações cambiais devem-se apenas a controlada ATE III, devido à liquidação do empréstimo da ATE II e sua incorporação na Taesa no segundo trimestre de 2013.

### 1.6.3 Empréstimos e financiamentos

#### Encargos de dívidas

A redução nos encargos de dívidas de empréstimos e financiamentos se deve aos fatos da Companhia ter feito o pré pagamento do Sindicato da Novatrans e das dívidas com BNDES e BID das empresas STE, NTE, ATE e ATE II no primeiro trimestre de 2013 e pela liquidação das notas promissórias em novembro de 2012.

## Comentário do Desempenho

### Variações monetárias e cambiais líquidas

Os empréstimos com BNDES e BID das empresas STE, NTE, ATE e ATE II, não geraram variações monetárias líquidas no 3T13, pois foram quitados em março e maio de 2013.

Já as variações cambiais não variaram significativamente, mesmo com a quitação do BID da ATE II, pois a valorização do dólar frente ao real compensou a redução obtida pelo pré pagamento.

#### 1.6.4 Debêntures

No 3T13 houve um aumento dos encargos de dívidas e nas variações monetárias das debêntures, ambos influenciados pela entrada da 3ª emissão de debêntures em outubro de 2012.

#### 1.6.5 Outras despesas financeiras

O aumento no grupo de outras despesas financeiras foi ocasionado pelo auto de infração da ANEEL, cuja multa, no valor de R\$ 9.069, foi provisionada em 30 de setembro de 2013.

### 1.7 Impostos

No terceiro trimestre de 2013 a Taesa apurou R\$118.291 de Imposto de renda e contribuição social, apresentando uma redução na despesa de 32,4% em relação ao mesmo período em 2012.

<b>Impostos</b>	<b>3T13</b>	<b>3T12</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.461)	(31.597)	(864)	2,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(85.830)	(143.299)	57.469	-40,1%
<b>Total</b>	<b>(118.291)</b>	<b>(174.896)</b>	<b>56.605</b>	<b>-32,4%</b>

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

## Comentário do Desempenho

CONSOLIDADO	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	596.238	474.438
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(202.721)	(161.309)
Equivalência patrimonial	50.337	2.789
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	18.745	18.880
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	-	1.601
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	-	-
Outros	15.348	(36.857)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	(118.291)	(174.896)
Alíquota efetiva	20%	37%

### 1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Conforme comunicado ao mercado feito pela Companhia em 25 de abril de 2012 a Companhia trocou seus auditores independentes a partir do exercício de 2012, em função do disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos no valor de R\$963 mil anuais (valor original), reajustados pelo IGP-M. Ainda durante o exercício de 2012 foi efetuado um aditivo ao contrato para inclusão de (i) novas entidades integralmente adquiridas no escopo dos trabalhos e (ii) elaboração de laudos de acervo líquido contábil de determinadas subsidiárias no montante de R\$437 mil. Em 2012 a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no valor de R\$1.843 mil, que se referiram basicamente a emissão de carta conforto no envolvimento de auditores no processo de oferta de emissão de Units e emissão de Debêntures da Companhia.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

## **Comentário do Desempenho**

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

---

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, descritas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
14. PARTES RELACIONADAS
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
22. COBERTURA DE SEGUROS
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, 6º e 10º andares, salas 601, 602, 1.002 e 1.003, no Centro - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente, a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - em 30 de setembro de 2013, a Companhia tinha como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), sociedade anônima de capital aberto, e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - ("FIP Coliseu"). Vide nota explicativa nº 20.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.108/13 anuiu à transferência de controle societário direto da Companhia, detido pela Cemig GT, para a CEMIG, mediante redução de capital.

Em 26 de setembro de 2013 a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A. aprovou a transferência supracitada por meio da redução de capital da CEMIG GT do valor de R\$3.296.785 para o valor de R\$893.192 com base no laudo de avaliação no investimento "Taesa" com data-base de 31 de agosto de 2013.

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A. aprovaram a transferência de controle por meio de redução de capital supracitada. Vide nota explicativa nº 31 - Eventos Subsequentes.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladas, controladas em conjunto e coligadas - a Companhia possui participação societária nas seguintes empresas:

- Controladas: ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III") e São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT").
- Controladas em conjunto: Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU") e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte").
- Coligadas: com participação direta - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE"), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE"), Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE"), Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") e Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP"). Com participação indireta - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC"), Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans"), Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE") e Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE"). Com participação direta e indireta - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE"). Todas as empresas citadas são denominadas em conjunto "Grupo TBE". As empresas do Grupo TBE foram adquiridas pela Taesa em 31 de maio de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE) e São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia, vide nota explicativa nº 12.

#### Incorporações de controladas

- ATE, STE, NTE e UNISA - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845/13, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante a incorporação da Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE") e ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE") na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA") e em ato contínuo da Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE") e da UNISA na Taesa, gerando a transferência das respectivas concessões das incorporadas e a transferência do controle societário da ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II") e ATE III, detidas diretamente pela UNISA para a Taesa (controladora indireta dessas empresas). A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a documentação comprobatória da operação.

A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- **ATE II** - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.154/13, publicada no Diário Oficial da União em 27 de junho de 2013, anuiu à transferência da ATE II, mediante incorporação desta pela Taesa. A referida operação de reestruturação ocorreu em 28 de junho de 2013. A Companhia enviou para a ANEEL a documentação comprobatória da operação.

As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013.

Todas as empresas incorporadas eram controladas diretas da Taesa. As incorporações se justificam na medida em que estão inseridas no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e no aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia.

As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia (uma vez que se trata de incorporação de controladas) e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação.

Devido às características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo, pois todas as incorporações foram feitas por valores de livros e não geraram ganhos e nem perdas para o Grupo Taesa. Os ativos e passivos incorporados pela Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 30 – Transações que não envolvem caixa.

#### Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão do Grupo Taesa

Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A referida Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais.

Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei nº 12.783/13 não são aplicáveis aos contratos de concessão da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, pelo fato de serem posteriores à publicação da Lei nº 8.987/95, quando ocorreu, inclusive, processo de licitação. Esse entendimento é definido pelos próprios termos da Lei e corroborado por parecer de consultor jurídico externo que efetuou sua análise jurídica.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

	Concessão	Aquisição/ Constituição	Início	Participação	Localidade	Km <sup>1</sup>	SE <sup>2</sup>
		Contrato de Concessão	Término				
<b>TAESA</b>	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste	06/06/2006	20/12/2000	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
		097/2000	20/12/2030				
	Munirah - Transmissora de Energia	31/03/2006	18/02/2004	100%	Bahia	106	2
		006/2004	18/02/2034				
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia	30/11/2007	21/01/2002	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
		001/2002	21/01/2032				
	Patesa - Paraíso Açú Transmissora de Energia	30/11/2007	11/12/2002	100%	Rio Grande do Norte	135	2
		087/2002	11/12/2032				
	Novatrans Energia - NVT	06/06/2006	20/12/2000	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
		095/2000	20/12/2030				
ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste	31/05/2008	12/05/2000	100%	São Paulo	505	3	
	040/2000	12/05/2030					
STE - Sul Transmissora de Energia	30/11/2011	19/12/2002	100%	Rio Grande do Sul	389	4	
	081/2002	19/12/2032					
ATE Transmissora de Energia	30/11/2011	18/02/2004	100%	Paraná e São Paulo	370	3	
	003/2004	18/02/2034					
ATE II	30/11/2011	15/03/2005	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4	
	011/2005	15/03/2035					
NTE	30/11/2011	21/01/2002	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4	
	002/2002	21/01/2032					
<b>CONTROLADAS</b>	ATE III	30/11/2011	27/04/2006	100%	Pará e Tocantins	454	4
		001/2006	27/04/2036				
SGT <sup>3</sup>		06/06/2012	27/08/2012	100%	Minas Gerais	n/a	1
		024/2012	27/08/2042				

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Concessão	Aquisição / Constituição	Início	Participação	Localidade	Km (1)	SE(2)
		Contrato de Concessão	Término				
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	ETAU	28/12/2007	18/12/2002	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
		082/2002	18/02/2032				
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	Brasnorte	17/09/2007	17/03/2008	38,6645%	Mato Grosso	402	4
		003/2008	17/03/2038				
<b>COLIGADAS</b>	EATE	31/12/2012	12/06/2001	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
		042/2001	20/06/2031				
	ETEP	31/12/2012	12/06/2001	49,98%	Pará	324	2
		0043/2001	12/06/2031				
	ECTE	31/12/2012	01/11/2000	19,09%	Santa Catarina	253	2
		088/2000	01/11/2030				
	ENTE	31/12/2012	11/12/2002	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
		085/2002	11/12/2032				
	ERTE	31/12/2012	11/12/2002	49,99%	Pará	155	3
		083/2002	11/12/2032				
	STC	31/12/2012	27/04/2006	39,98%	Santa Catarina	195	3
006/2006		27/04/2036					
Lumitrans	31/12/2012	18/02/2004	39,98%	Santa Catarina	51	2	
	007/2004	18/02/2034					
EBTE	31/12/2012	16/10/2008	74,49%	Mato Grosso	772	7	
	011/2008	16/10/2038					
ESDE	31/12/2012	19/11/2009	49,98%	Minas Gerais	n/a	1	
	025/2009	19/11/2039					
ETSE <sup>3</sup>	31/12/2012	10/05/2012	19,09%	Santa Catarina	n/a	2	
	006/2012	10/05/2042					
<b>Total</b>						<b>9.408<sup>1</sup></b>	<b>62<sup>2</sup></b>

- (1) Quilômetros ("Km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- (2) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas uma vez.
- (3) Subestação em fase de construção

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CONTROLADAS**

Em 31 de maio de 2013, a Companhia efetuou o desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a Cemig GT, sua acionista do bloco de controle, e a CEMIG, sua controladora direta, no valor de R\$1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data de conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nesse período), por meio do qual foi transferida a totalidade das participações acionárias detidas anteriormente tanto pela CEMIG quanto pela Cemig GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica, pertencentes ao Grupo TBE:

<b>Sociedade</b>	<b>Participação adquirida pela Taesa (direta ou indireta)</b>
<u>Coligadas diretas</u>	
<u>EATE</u>	49,98%
<u>ECTE</u>	19,09%
<u>ENTE</u>	49,99%
<u>ERTE</u>	49,99%
<u>ETEP</u>	49,98%
<u>EBTE (*)</u>	49,00%
<u>Coligadas indiretas</u>	
<u>STC</u>	39,98%
<u>ESDE</u>	49,98%
<u>Lumitrans</u>	39,98%
<u>ETSE</u>	19,09%
<u>EBTE</u>	25,49%

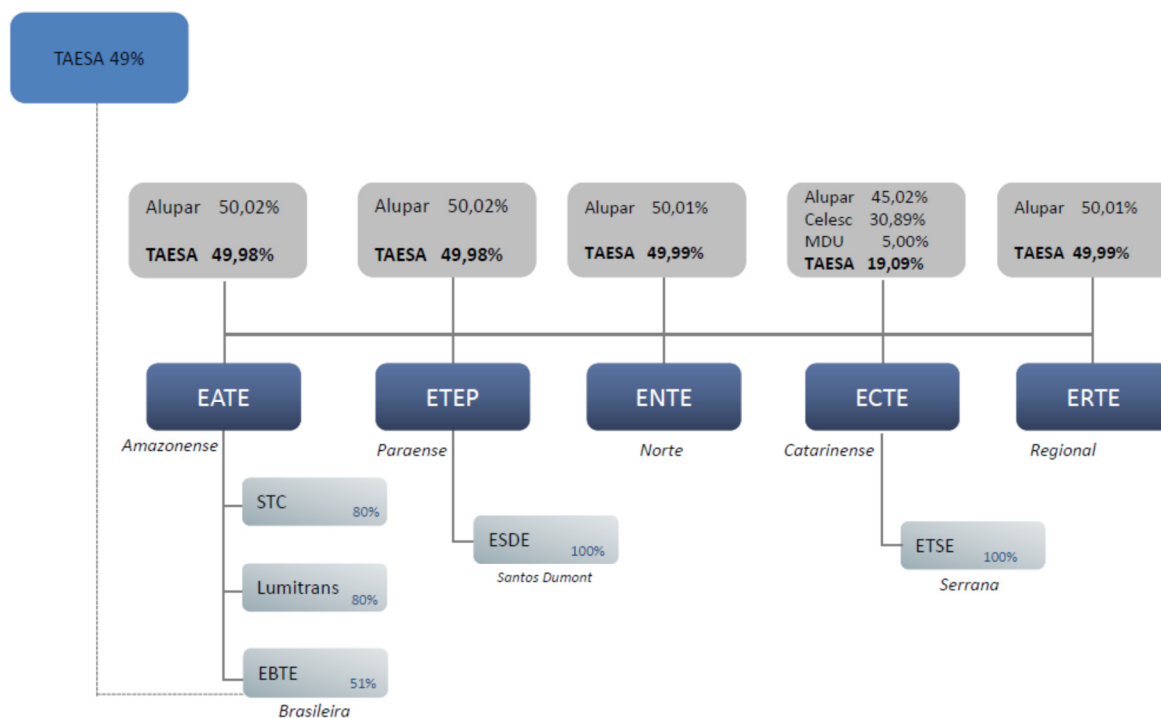
(\*) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui participação indireta na EBTE de 25,49%, por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui apenas influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## Organograma do Grupo TBE



Devido às características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL, e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (Receita Anual Permitida - RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana da interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, para fins de atendimento ao parágrafo 32 do pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente à IAS 28 (2012)). A operação envolveu a necessidade de aprovação de todos os acionistas do Grupo TBE, pois as companhias não estão sob controle comum. Dessa forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais-valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nº 3.4 e nº 7. Os demais ativos e passivos também foram mensurados a seus valores justos na data de aquisição dessas participações (31 de maio de 2013).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Adicionalmente, em 31 de maio de 2013, entraram em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE, por meio dos quais a Companhia detém influência significativa nas empresas do Grupo TBE, e, como tal, essas participações serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As principais cláusulas desses acordos estão listadas a seguir:

- (i) A Alupar terá o direito de comprar as ações de emissão da "Sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- (ii) As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
  - Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;
  - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade, e criação de sociedades subsidiárias.
  - Liquidação ou dissolução da referida sociedade.
  - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas.
  - Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
  - Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade.
  - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.
- (iii) A vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (iv) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
- Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social.
  - Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350.
  - Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social.
- (v) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- (vi) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- (vii) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico-Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

O Grupo Taesa entende que as aquisições complementaram os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. Essas empresas operam um total de 3.136 km de linhas de transmissão.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir está demonstrado o total dos valores justos das participações diretas adquiridas nessas empresas, classificados no balanço patrimonial como investimentos em coligadas:

<b>Em 31 de maio de 2013</b>	<b>Valor justo reconhecido na aquisição</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	35.400
Ativo financeiro	5.060.912
Investimentos - participações societárias	535.073
Intangível	11.556
Outros ativos	181.861
	<b>5.824.802</b>
<b>Passivos</b>	
Contas a pagar a fornecedores e outras	173.980
Empréstimos e financiamentos	193.767
Debêntures	661.369
Impostos diferidos	1.242.021
	<b>2.271.137</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>3.553.665</b>
Participação da Taesa sobre os ativos líquidos adquiridos (*)	47,60%
<b>Contraprestação transferida pela aquisição</b>	<b>1.691.415</b>

(\*) Soma das participações diretas adquiridas pela Companhia nos ativos líquidos de cada empresa adquirida.

Na data da aquisição o valor total do patrimônio líquido contábil das empresas cujas participações diretas foram adquiridas era de R\$2.008.927.

As contribuições para o resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2013, a partir da data de aquisição, referente às empresas adquiridas estão apresentadas na nota explicativa nº 12. O valor do resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) que seria gerado pelas empresas adquiridas para todo o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, caso as empresas tivessem sido adquiridas no início de exercício, seria de R\$184.722.

### **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") aplicáveis a informações contábeis intermediárias separadas em virtude da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") pelo método de equivalência patrimonial com as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRSs seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo Taesa e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado, em um único conjunto de informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 11 de novembro de 2013.

### **3.2. Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas explicativas nº 17 e nº 23).

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3.3. Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real (R\$) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

##### **a) Ativo financeiro**

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

##### **b) Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

##### **c) Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****d) Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua.

O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

**e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar**

A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide mais detalhes sobre impostos diferidos na nota explicativa nº 9.

**f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3.5. Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS.

#### **3.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. Todavia, os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro são reconhecidos usualmente no terceiro trimestre, com base nas resoluções homologatórias da ANEEL que definem a RAP do próximo ciclo tarifário de cada concessão a partir de julho de cada exercício social. No 2º trimestre de 2013, ocorreu o processo de revisão tarifária, previsto no contrato de concessão da controlada em conjunto Brasnorte, conforme resolução homologatória da ANEEL n.º 1540 de 18 de junho de 2013, publicada em 25 de junho de 2013. Consequentemente, a Brasnorte reconheceu no 2º trimestre os impactos da atualização da RAP e da revisão tarifária nos resultados deste período (vide nota explicativa nº 12).

## **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das informações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2012, publicadas no Diário Oficial em 27 de março de 2013, exceto pela nova prática contábil adotada nesse trimestre para os investimentos em coligadas (referente à aquisição de participações não controladas do Grupo TBE mencionada na nota explicativa nº 2) e pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

### Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada nem como participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às informações contábeis intermediárias com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que é contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente à IFRS 5). Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede sua participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente à IAS 39) são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36), como um único ativo, por meio da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 e à medida que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

#### **4.1 Normas e interpretações novas e revisadas**

4.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações intermediárias.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passam a ser aplicáveis a partir destas informações intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 10 (CPC - 36 (R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IFRS 11 (CPC - 19(R2)) - Empreendimentos Conjuntos.
- IFRS 12 (CPC - 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades.
- IFRS 13 (CPC - 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC - 33 (R1))- Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC - 35 (R2))- Demonstrações Financeiras Separadas.
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC - 18 (R2))- Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures".
- Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais aos 2009-2011.
- IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de ativos e passivos financeiros.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### 4.1.2. Aplicação das normas novas e revisadas que tiveram efeito sobre as informações contábeis intermediárias

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nestas informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

- IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Empreendimentos Conjuntos.
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18 (R2))- Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures".

A adoção dessas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013 resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012 eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre "joint ventures" e "joint operations" e contabilizados nas informações contábeis intermediárias consolidadas pelos métodos de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como "joint ventures" e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013 (até 30 de junho de 2012, a UNISA, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa. Vide nota explicativa nº 12).

Cabe ressaltar que, em 30 de setembro de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes à IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 - "Presentation of Financial Statements", respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações contábeis intermediárias. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.2.

#### 4.1.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas:

O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (b).

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2014.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da adoção da nova norma IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa; no entanto, estes ainda estão sob a avaliação da Administração da Companhia.

#### **4.2 Reclassificação e adoção das IFRSs novas e revisadas**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.1.2, a adoção das IFRSs novas e revisadas também foi aplicada de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações contábeis intermediárias. Consequentemente, os balanços patrimoniais individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações, individuais e consolidadas, dos resultados referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação. Essas reclassificações e a adoção das IFRSs não impactaram a demonstração do resultado abrangente.

A Companhia também identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às informações relativas aos exercícios anteriores:

- a) Reclassificações entre as rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" referentes à variação monetária líquida dos ativos (receitas financeiras) e passivos (despesas financeiras), para melhor apresentação desses saldos de acordo com a natureza das operações.
- b) Em 4 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, parágrafo 28, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado, sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.
- c) Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa entre linhas na rubrica "Atividades operacionais" para melhor apresentação das transações que não envolvem caixa, as quais impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um ajuste ao lucro.
- d) Em junho de 2013, a Companhia passou a apresentar suas aplicações financeiras (avaliadas a valor justo e mantidas até o vencimento) e depósitos vinculados em uma única rubrica, "Títulos e Valores Mobiliários", para uma melhor apresentação desses saldos. Dessa forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para fins de comparação.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir demonstramos as informações comparativas rerepresentadas considerando as reclassificações e a adoção das IFRSs novas e revisadas mencionadas anteriormente.

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>		
<i>Ativos circulantes</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	543.266	538.696
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo	1.877.000	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	-
Títulos e valores imobiliários	-	1.938.765
Clientes	157.885	155.073
Ativo financeiro	1.023.734	1.006.283
Impostos e contribuições sociais	71.041	70.711
Dividendos a receber	-	4.245
Outras contas a receber	44.612	44.211
Outras contas não afetadas	4.690	4.690
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>3.783.993</b>	<b>3.762.674</b>
<i>Ativos não circulantes</i>		
Aplicações financeiras avaliadas valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	151.013	-
Títulos e valores mobiliários	-	149.156
Outras contas a receber	6.738	6.663
Depósitos judiciais	12.699	12.509
Impostos e contribuições diferidos	281.425	281.346
Ativo financeiro	5.356.531	5.166.859
Investimento	-	161.733
Outras contas não afetadas	43.965	43.967
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>5.852.371</b>	<b>5.822.233</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>9.636.364</b>	<b>9.584.907</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2012 (Publicado)</b>	<b>31/12/2012 (Reapresentado)</b>
<b>Passivo</b>		
<i>Passivos circulantes</i>		
Fornecedores	26.692	26.417
Empréstimos e financiamentos	166.355	158.516
Taxas regulamentares	52.126	51.447
Impostos e contribuições sociais	22.078	21.548
Outras contas a pagar	22.825	22.187
Outras contas não afetadas	362.847	362.847
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>652.923</b>	<b>642.962</b>
<i>Passivos não circulantes</i>		
Empréstimos e financiamentos	921.967	896.820
Impostos e contribuições diferidos	166.685	164.134
Tributos diferidos	326.076	313.385
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	3.122	2.953
Outras contas a pagar	48.848	47.910
Outras contas não afetadas	3.419.500	3.419.500
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>4.886.198</b>	<b>4.844.702</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.097.243</b>	<b>4.097.243</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>9.636.364</b>	<b>9.584.907</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>		
<i>Ativos circulantes</i>		
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo	1.877.000	-
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	-
Títulos e valores mobiliários	-	1.938.765
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outras contas não afetadas	920.663	920.663
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>2.859.428</b>	<b>2.859.428</b>
<i>Ativos não circulantes</i>		
Outras contas não afetadas	5.259.335	5.259.335
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>5.259.335</b>	<b>5.259.335</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>8.118.763</b>	<b>8.118.763</b>
<b>Passivo</b>		
Total dos passivos circulantes	446.339	446.339
<i>Passivos não circulantes</i>		
Outras contas não afetadas	3.757.181	3.575.181
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>3.575.181</b>	<b>3.575.181</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.097.243</b>	<b>4.097.243</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>8.118.763</b>	<b>8.118.763</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			
	01/07/2012 a 30/09/2012 (Publicado)	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>539.614</b>	<b>975.050</b>	<b>527.621</b>	<b>882.187</b>
Pessoal e administradores	(7.270)	(20.861)	(7.205)	(20.576)
Material	(9.342)	(14.685)	(9.215)	(13.345)
Serviços de terceiros	(15.253)	(32.918)	(14.683)	(21.384)
Depreciação e amortização	(140)	(421)	(108)	(325)
Outros custos operacionais	(3.124)	(6.936)	(3.025)	(7.701)
Custos operacionais	(35.129)	(75.821)	(34.236)	(63.331)
<b>Lucro bruto</b>	<b>504.485</b>	<b>899.229</b>	<b>493.385</b>	<b>818.856</b>
Pessoal e administradores	(9.456)	(21.702)	(9.434)	(21.447)
Serviços de terceiros	(758)	(20.308)	(665)	(17.280)
Depreciação e amortização	(366)	(886)	(366)	(886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.314)	(4.726)	(3.372)	(4.562)
Despesas operacionais	(13.894)	(47.622)	(13.837)	(44.175)
Ganho na remuneração na aquisição do controle da UNISA	45.169	45.169	45.169	45.169
Outras receitas operacionais	45.169	45.169	45.169	45.169
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>535.760</b>	<b>896.776</b>	<b>524.717</b>	<b>819.850</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	8.502	41.459
Receitas financeiras	40.473	77.385	43.505	71.497
Despesas financeiras	(100.052)	(297.431)	(102.286)	(261.136)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(59.579)</b>	<b>(220.046)</b>	<b>(58.781)</b>	<b>(189.639)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e das contribuições</b>	<b>476.181</b>	<b>676.730</b>	<b>474.438</b>	<b>671.670</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.822)	(79.312)	(31.597)	(66.252)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(144.817)	(128.108)	(143.299)	(136.108)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(176.639)</b>	<b>(207.420)</b>	<b>(174.896)</b>	<b>(202.360)</b>
<b>Lucro do período</b>	<b>299.542</b>	<b>469.310</b>	<b>299.542</b>	<b>469.310</b>
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			
	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>287.605</b>	<b>602.274</b>	<b>287.605</b>	<b>602.274</b>
Pessoal e administradores	(6.450)	(18.815)	(6.450)	(18.815)
Material	(4.770)	(8.651)	(4.770)	(8.651)
Serviços de terceiros	(3.820)	(9.216)	(3.820)	(9.216)
Depreciação e amortização	(108)	(325)	(108)	(325)
Outros custos operacionais	(1.940)	(4.530)	(1.940)	(4.530)
Custos operacionais	(17.088)	(41.537)	(17.088)	(41.537)
<b>Lucro bruto</b>	<b>270.517</b>	<b>560.737</b>	<b>270.517</b>	<b>560.737</b>
Pessoal e administradores	(6.858)	(18.329)	(6.858)	(18.329)
Serviços de terceiros	(1.141)	(17.314)	(1.141)	(17.314)
Depreciação e amortização	(366)	(886)	(366)	(886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.579)	(4.664)	(3.579)	(4.664)
Despesas operacionais	(11.944)	(41.193)	(11.944)	(41.193)
Ganho na remuneração na aquisição do controle da UNISA	45.169	45.169	45.169	45.169
Outras receitas operacionais	45.169	45.169	45.169	45.169
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>303.742</b>	<b>564.713</b>	<b>303.742</b>	<b>564.713</b>
Resultado de equivalência patrimonial	154.451	213.667	154.451	213.667
Receitas financeiras	31.040	56.764	31.040	56.764
Despesas financeiras	(80.673)	(233.569)	(80.673)	(233.569)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(49.633)</b>	<b>(176.805)</b>	<b>(49.633)</b>	<b>(176.805)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e das contribuições</b>	<b>408.560</b>	<b>601.575</b>	<b>408.560</b>	<b>601.575</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.298)	(39.761)	(11.298)	(39.761)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(97.720)	(92.504)	(97.720)	(92.504)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(109.018)</b>	<b>(132.265)</b>	<b>(109.018)</b>	<b>(132.265)</b>
<b>Lucro do período</b>	<b>299.542</b>	<b>469.310</b>	<b>299.542</b>	<b>469.310</b>
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,92241	1,65215	0,30747	0,55072

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	469.310	469.310
Ajustes para:		
Resultado de equivalência	-	(41.459)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	-	(45.169)
Depreciação e amortização	1.307	1.211
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	358	794
Variações cambiais líquidas - contas correntes em dólar	-	(3.172)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	283.761	137.668
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	118.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	128.108	136.108
Imposto de renda e contribuição social	-	66.252
Tributos diferidos	5.948	6.044
Remuneração do ativo financeiro	(778.197)	(706.409)
Provisão para parcela variável	-	4.529
Ganho na remuneração na aquisição do controle da UNISA	(45.169)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em clientes	(3.702)	(8.348)
Redução do ativo financeiro	672.652	586.996
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	21.823	452

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
Aumento no saldo de outros créditos	(12.716)	479
Redução no saldo de fornecedores	8.794	23.481
Aumento no saldo de taxas regulamentares	4.978	5.156
Aumento no saldo de outras contas a pagar	(32.890)	(42.845)
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	-	861
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>724.365</b>	<b>710.344</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(47.503)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>724.365</b>	<b>662.841</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao valor justo (circulante)	(1.850.000)	-
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado (circulante e não circulante)	(99.652)	-
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-	(1.944.101)
Adições no imobilizado e intangível	(3.339)	(3.231)
Aquisição de controladas, líquida do caixa adquirido	(658.874)	(658.874)
Caixa oriundo da consolidação da UNISA	-	217.319
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.611.865)</b>	<b>(2.388.887)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	808	727
Captação de notas promissórias	904.839	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(70.072)	(49.817)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(36.722)	(19.914)
Pagamento de debêntures - juros	(108.594)	(108.595)
Emissão de ações na controladora	1.729.336	1.729.336
Pagamento de dividendos	(214.267)	(214.267)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>2.205.328</b>	<b>2.242.309</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>317.828</b>	<b>516.263</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	495.406	289.683
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	813.234	805.946
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>317.828</b>	<b>516.263</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONTROLADORA	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	469.310	469.310
Lucro do período		
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(213.667)	(213.667)
Depreciação e amortização	1.212	1.212
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	639	639
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	230.136	111.731
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	118.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.504	92.503
Imposto de renda e contribuição social	-	39.761
Tributos diferidos	(1.676)	(1.675)
Remuneração do ativo financeiro	(443.943)	(443.943)
Ganho na remuneração na aquisição do controle da UNISA	(45.169)	(45.169)
Provisão para parcela variável	-	4.735
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em clientes	(7.442)	(12.177)
Redução do ativo financeiro	448.503	448.503
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	12.699	2.569
Aumento no saldo de outros créditos	(5.138)	(5.138)
Redução no saldo de fornecedores	(1.293)	(1.293)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	4.338	4.338
Aumento no saldo de outras contas a pagar	20.873	20.873
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>561.886</b>	<b>591.508</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(29.631)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>561.886</b>	<b>561.886</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONTROLADORA	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao valor justo	(1.850.000)	
(Aumento) redução no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	(87.051)	
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-	(1.937.051)
Aquisição de controladas, líquida do caixa adquirido	(876.193)	(876.193)
Adições no imobilizado e intangível	(3.335)	(3.335)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.816.579)</b>	<b>(2.816.579)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	727	727
Emissão de notas promissórias	904.839	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(14.481)	(14.481)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(2.057)	(2.057)
Pagamento de debêntures - juros	(108.594)	(108.594)
Emissão de ações na Controladora	1.729.336	1.729.336
Dividendos pagos	(214.267)	(214.267)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>2.295.503</b>	<b>2.295.503</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.810</b>	<b>40.810</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	265.593	265.593
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	306.403	306.403
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.810</b>	<b>40.810</b>
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONSOLIDADO	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Operação e manutenção	270.794	228.979
Construção e indenização	10.323	9.595
Remuneração do ativo financeiro	778.197	706.409
Parcela variável e outras receitas	323	9.365
	1.059.637	954.348
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(67.911)	(52.010)
Despesas gerais, administrativas e outras	(11.283)	(11.952)
	(79.194)	(63.962)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>980.443</b>	<b>890.386</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(1.307)</b>	<b>(1.212)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>979.136</b>	<b>889.174</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	-	41.459
Receitas financeiras	77.385	68.325
Outras	47.936	50.211
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.104.457</b>	<b>1.049.169</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	23.517	23.420
Benefícios	10.773	10.619
FGTS	1.564	1.502
	35.854	35.541
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (inclui as taxas regulamentares da ANEEL)	299.955	282.787
Estaduais	656	261
Municipais	141	134
	300.752	283.182
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	290.691	256.073
Outras	7.850	5.063
	298.541	261.136
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos	469.310	469.310
	469.310	469.310
	<b>1.104.457</b>	<b>1.049.169</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA	
	30/09/2012 (Publicado)	30/09/2012 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Operação e manutenção	200.062	196.732
Construção e indenização	5.404	5.404
Remuneração do ativo financeiro	443.943	443.919
Parcela variável e outras receitas	603	3.957
	<b>650.012</b>	<b>650.012</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.182)	(35.182)
Despesas gerais, administrativas e outras	(9.052)	(9.052)
	<b>(44.234)</b>	<b>(44.234)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>605.778</b>	<b>605.778</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(1.212)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>604.566</b>	<b>604.566</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	213.667	213.667
Receitas financeiras	56.764	56.764
Outras	47.508	47.038
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>922.505</b>	<b>922.035</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	20.273	20.273
Benefícios	9.586	9.586
FGTS	1.358	1.358
	<b>31.217</b>	<b>31.217</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (inclui as taxas regulamentares da ANEEL)	187.631	187.610
Estaduais	199	199
Municipais	130	130
	<b>187.960</b>	<b>187.939</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	228.215	230.128
Outras	5.803	3.441
	<b>234.018</b>	<b>233.569</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos	469.310	469.310
	<b>469.310</b>	<b>469.310</b>
	<b>922.505</b>	<b>922.035</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
Contas bancárias	7.446	53.545	291	345
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	113.851	461.085	78.159	101.581
Operações Compromissadas	30.759	24.066	30.704	21.942
	144.610	485.151	108.863	123.523
	<b>152.056</b>	<b>538.696</b>	<b>109.154</b>	<b>123.868</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG. Em 30 de setembro de 2013, a rentabilidade média das aplicações financeiras de todo o Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,2% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 23.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
CDBs	39.569	939.424	39.569	984.926
Operações compromissadas e Debêntures	35.061	437.222	35.061	437.222
Letras financeiras - bancos privados	284.429	293.053	284.429	267.194
Títulos públicos	153.383	316.080	153.383	288.187
Depósitos vinculados e outros (*)	80.898	89.929	-	-
Outros	14.321	12.213	14.321	8.870
	<b>607.661</b>	<b>2.087.921</b>	<b>526.763</b>	<b>1.986.399</b>
Ativo circulante	466.991	1.938.765	466.991	1.938.765
Ativo não circulante	140.670	149.156	59.772	47.634
	<b>607.661</b>	<b>2.087.921</b>	<b>526.763</b>	<b>1.986.399</b>

(\*) Esse saldo é composto por contas reserva (depósitos à vista mantidos em conta-corrente em moeda nacional e estrangeira - dólar norte-americano) e aplicações financeiras mantidas em fundos de investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco), para garantia dos financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. As contas-reserva e aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 (vide nota explicativa nº 15) foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG. Em 30 de setembro de 2013, a rentabilidade média das aplicações financeiras de todo o Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,2% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgadas na nota explicativa nº 23, assim como a classificação desses títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil.

## 7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

### I. Clientes

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
Clientes	176.637	164.658	165.744	105.640
Parcela variável (*)	(5.274)	(9.585)	(5.201)	(9.585)
	<b>171.363</b>	<b>155.073</b>	<b>160.543</b>	<b>96.055</b>
Circulante	160.085	155.073	149.875	96.055
Não circulante	11.278	-	10.668	-
	<b>171.363</b>	<b>155.073</b>	<b>160.543</b>	<b>96.055</b>

(\*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2012 e no período de janeiro a setembro de 2013, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, o quadro detalhado com a movimentação no período referente à parcela variável:

	31/12/2012	Adição	Reversão	Valores descontados	30/09/2013
<b>Consolidado</b>					
Provisão de parcela variável	(9.585)	(27.783)	15.760	16.334	(5.274)
<b>Controladora</b>					
Provisão de parcela variável	(9.585)	(27.533)	15.626	16.291	(5.201)

A seguir encontra-se a composição do saldo de clientes por vencimento:

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Consolidado	164.212	964	11.461	<b>176.637</b>	<b>164.658</b>
Controladora	154.028	912	10.804	<b>165.744</b>	<b>105.640</b>

Os saldos vencidos há mais de 90 dias referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos. Por esse motivo, em 30 de setembro de 2013, o saldo foi reclassificado para o ativo não circulante.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Outras informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 23.

## II. Ativo financeiro

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Circulante	1.064.263	1.006.283	1.000.561	606.372
Não circulante	5.225.614	5.166.859	4.683.700	2.571.589
	<b>6.289.877</b>	<b>6.173.142</b>	<b>5.684.261</b>	<b>3.177.961</b>

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período de janeiro a setembro de 2013, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$875.254 (R\$706.409 no período de janeiro a setembro de 2012). Na controladora o efeito foi de R\$755.894 (R\$443.919 no período de janeiro a setembro de 2012).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012:

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2012	Adição (d)	Incorporação e transferências (b)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/09/2013
<b>Consolidado</b>		(Reapresentado)					
TSN	14%	969.338	41.569	-	151.539	(162.046)	1.000.400
Munirah	11%	94.411	-	-	12.963	(12.804)	94.570
Gtesa	12%	31.933	-	-	4.424	(4.169)	32.188
Patesa	11%	79.481	240	-	11.106	(9.956)	80.871
ETEO	11%	488.037	42	-	65.833	(75.980)	477.932
NVT	15%	1.514.761	-	-	243.408	(232.388)	1.525.781
UNISA	10%	2.549.070	2.010	(2.541.667)	18.275	(27.688)	-
NTE	15%	443.378	43	-	73.028	(67.491)	448.958
STE	10%	-	-	323.606	40.545	(33.914)	330.237
ATE	10%	-	-	661.762	80.426	(62.151)	680.037
ATE II	9%	-	11.305	984.208	112.648	(94.874)	1.013.287
ATE III	7%	-	-	572.091	60.878	(42.463)	590.506
SGT	6%	2.733	12.196	-	181	-	15.110
<b>TOTAL</b>		<b>6.173.142</b>	<b>67.405</b>	<b>-</b>	<b>875.254</b>	<b>(825.924)</b>	<b>6.289.877</b>
<b>Controladora</b>							
TSN	14%	969.338	41.569	-	151.539	(162.046)	1.000.400
Munirah	11%	94.411	-	-	12.963	(12.804)	94.570
Gtesa	12%	31.933	-	-	4.424	(4.169)	32.188
Patesa	11%	79.481	240	-	11.106	(9.956)	80.871
ETEO	11%	488.037	42	-	65.833	(75.980)	477.932
NVT	15%	1.514.761	-	-	243.408	(232.388)	1.525.781
NTE	15%	-	43	441.226	67.834	(60.145)	448.958
STE	10%	-	-	323.606	40.545	(33.914)	330.237
ATE	10%	-	-	661.762	80.426	(62.151)	680.037
ATE II	10%	-	4.068	964.611	77.816	(33.208)	1.013.287
<b>TOTAL</b>		<b>3.177.961</b>	<b>45.962</b>	<b>2.391.205</b>	<b>755.894</b>	<b>(686.761)</b>	<b>5.684.261</b>

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2011	Adição (e)	Aquisição UNISA (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/09/2012
<b>Consolidado</b>		(Reapresentado)					(Reapresentado)
TSN	14%	994.917	5.381	-	134.081	(145.918)	988.461
Munirah	11%	94.378	-	-	14.046	(12.367)	96.057
Gtesa	12%	31.715	-	-	4.442	(3.722)	32.435
Patesa	11%	78.394	-	-	11.752	(9.559)	80.587
ETEO	11%	499.529	23	-	59.999	(59.894)	499.657
NVT	15%	1.541.641	-	-	219.599	(222.423)	1.538.817
NTE	15%	448.488	-	-	65.527	(64.323)	449.692
UNISA	9%	-	7.121	2.448.428	196.963	(81.458)	2.571.054
SGT	6%	-	144	-	-	-	144
<b>TOTAL</b>		<b>3.689.062</b>	<b>12.669</b>	<b>2.448.428</b>	<b>706.409</b>	<b>(599.664)</b>	<b>6.256.904</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2011	Adição (e)	Aquisição UNISA (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/09/2012
<b>Controladora</b>							
TSN	14%	994.917	5.381	-	134.081	(145.918)	988.461
Munirah	11%	94.378	-	-	14.046	(12.367)	96.057
Gtesa	12%	31.715	-	-	4.442	(3.722)	32.435
Patesa	11%	78.394	-	-	11.752	(9.559)	80.587
ETEO	11%	499.529	23	-	59.999	(59.894)	499.657
NVT	15%	1.541.641	-	-	219.599	(222.423)	1.538.817
<b>TOTAL</b>		<b>3.240.574</b>	<b>5.404</b>	<b>-</b>	<b>443.919</b>	<b>(453.883)</b>	<b>3.236.014</b>

- (a) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa 3.4, item (a).
- (b) Refere-se às transferências decorrentes dos processos de incorporação ocorridos em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações vide nota explicativa nº 1.
- (c) Refere-se à combinação de negócios referente à aquisição dos 50% remanescentes da UNISA. Outras informações sobre essa operação estão detalhadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013.
- (d) As principais adições referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 estão relacionadas basicamente à receita de construção dos reforços e às concessões em fase de construção relacionadas a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN SE Sapeaçu	Um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011
ATE II SE São João do Piauí	Instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, de 09/08/2011	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 545, de 21/09/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 44, de 26/04/2012.
TSN SE Sapeaçu	Instalação do 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 160, publicada em 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012
SGT SE São Gotardo 2	Contrato de Concessão nº 024/2012 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/2012 - ANEEL	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão.	Portaria MME nº 128, publicada em 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(e) As principais adições referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012 estão relacionadas basicamente à receita de construção dos reforços e às concessões em fase de construção relacionadas a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN SE Ibicóara	Dois disjuntores para a SE de 500 kV de Ibicóara para adequação do arranjo de barramento	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$1,7 milhões	18 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Projeto concluído em set./2012.	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011

Acordo de concessão de serviços

O Grupo Taesa assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A seguir encontram-se as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE e Lumitrans) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorte, ATE III e SGT, STC, EBTE e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, STC, EBTE e ESDE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às respectivas participações.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Estrutura de formação da RAP - as concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas, sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

A seguir encontra-se a composição da RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas do Grupo são reconhecidas de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 4 - Principais práticas contábeis.

- Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013:

Ciclo 2013-2014	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	373.172	12.517	-	-	-	-	385.689	(11.803)	373.886
Gtesa	7.021	-	-	-	-	-	7.021	(212)	6.809
Munirah	28.802	-	-	-	-	-	28.802	(869)	27.933
Patesa	16.862	-	-	-	-	-	16.862	(509)	16.353
ETEO	138.821	-	-	-	-	-	138.821	(4.188)	134.633
Novatrans	410.285	-	-	-	-	-	410.285	(12.378)	397.907
ETAU (*)	15.793	83	1.372	-	-	754	18.002	(523)	17.479
Brasnorte (*)	6.285	715	-	631	31	-	7.662	(243)	7.419
NTE	120.847	-	-	-	-	-	120.847	-	120.847
ATE	117.617	-	-	-	-	-	117.617	(3.879)	113.738
ATE II	179.035	-	-	-	-	-	179.035	(5.402)	173.633
ATE III	82.949	5.959	-	-	-	-	88.908	(2.503)	86.405
STE	62.895	1.589	-	-	-	-	64.484	-	64.484
ENTE (*)	88.838	-	-	-	-	-	88.838	(2.680)	86.158
EATE (*)	166.562	3.191	-	-	-	-	169.753	(5.121)	164.632
EBTE (*)	24.306	1.180	-	1.596	254	-	27.336	(1.436)	25.900
ECTE (*)	14.320	-	-	-	-	-	14.320	(432)	13.888
ETEP (*)	38.676	-	-	-	-	-	38.676	(1.168)	37.508
ERTE (*)	15.699	4.242	-	-	-	-	19.941	(426)	19.515
STC (*)	8.494	-	654	2.310	104	1.236	12.798	(176)	12.622
Lumitrans (*)	8.402	-	-	-	-	-	8.402	(253)	8.149
ESDE (*)	781	-	-	1.540	376	-	2.697	(3.489)	(792)
ETSE (**)	2.476	-	-	380	158	-	3.014	-	3.014
SGT (***)	60	-	-	3.233	689	-	3.982	-	3.982
<b>TOTAL</b>	<b>1.928.998</b>	<b>29.476</b>	<b>2.026</b>	<b>9.690</b>	<b>1.612</b>	<b>1.990</b>	<b>1.973.792</b>	<b>(57.690)</b>	<b>1.916.102</b>

(\*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 30 de setembro de 2013. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(\*\*) Prevista para entrar em operação em 10 de maio de 2014.

(\*\*\*) Prevista para entrar em operação em 27 de fevereiro de 2014.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de setembro de 2013 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313, de 26 de junho de 2012:

Ciclo 2012-2013	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	351.330	-	10.031	-	-	-	361.361	(14.325)	347.036
Gtesa	6.610	-	-	-	-	-	6.610	(266)	6.344
Munirah	27.116	-	-	-	-	-	27.116	(1.088)	26.028
Patesa	15.875	-	-	-	-	-	15.875	(637)	15.238
ETEO	130.696	-	-	-	-	-	130.696	(5.250)	125.446
Novatrans	386.272	-	-	-	-	-	386.272	(15.515)	370.757
ETAU (*)	14.869	79	1.291	-	-	709	16.948	(447)	16.501
Brasnorte (*)	6.910	861	-	694	34	-	8.499	(303)	8.196
NTE	113.774	-	-	-	-	-	113.774	(4.570)	109.204
ATE	110.734	-	-	-	-	-	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	168.557	-	-	-	-	-	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	77.883	2	-	-	-	-	77.885	(3.103)	74.782
STE	59.214	1.496	-	-	-	-	60.710	(2.436)	58.274
<b>TOTAL</b>	<b>1.469.840</b>	<b>2.438</b>	<b>11.322</b>	<b>694</b>	<b>34</b>	<b>709</b>	<b>1.485.037</b>	<b>(60.137)</b>	<b>1.424.900</b>

(\*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 30 de setembro de 2013. Essas concessões são controladas em conjunto da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.171, de 28 de junho de 2011:

Ciclo 2011-2012	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	346.228	(2.866)	343.362
Munirah	26.008	-	-	-	-	-	26.008	127	26.135
Gtesa	6.340	-	-	-	-	-	6.340	(53)	6.287
Patesa	15.226	-	-	-	-	-	15.226	62	15.288
Novatrans	370.484	-	-	-	-	-	370.484	(3.073)	367.411
ETAU (*)	14.261	75	1.238	-	-	680	16.254	(326)	15.928
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	125.354	(1.040)	124.314
Brasnorte (*)	6.584	820	-	661	33	-	8.098	50	8.148
NTE (*)	63.656	-	-	-	-	-	63.656	-	63.656
STE (*)	16.565	419	-	-	-	-	16.984	202	17.186
ATE (*)	30.977	-	-	-	-	-	30.977	128	31.105
ATEII (*)	47.153	-	-	-	-	-	47.153	230	47.383
ATEIII (*)	21.636	1	-	-	-	-	21.637	81	21.718
<b>TOTAL</b>	<b>1.081.215</b>	<b>10.572</b>	<b>1.238</b>	<b>661</b>	<b>33</b>	<b>680</b>	<b>1.094.399</b>	<b>(6.478)</b>	<b>1.087.921</b>

(\*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões. Em relação à NTE e à UNISA, temos: (a) NTE - 100% de sete meses (dezembro de 2011 a junho de 2012); e (b) controladas da UNISA - 50% de sete meses (dezembro de 2011 a junho de 2012). Essas concessões, com exceção da NTE, são controladas em conjunto da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

Em que:

- RAP - RBL - Rede Básica Licitada.
- RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações.
- Fronteira - RBNI - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira.
- Fronteira - RBL - Rede Básica Licitada - Fronteira.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão.
- RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.
- PA - Apuração - parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2010-2011/2011-2012).

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antecipados	-	3.311	-	1.566
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar (a)	45.124	56.076	22.907	14.592
IRPJ e CSLL a compensar / IR Fonte (b)	31.370	22.228	22.906	4.518
Impostos e contribuições retidos (c)	9.378	7.313	6.987	374
Outros	1.258	998	1.041	221
	<b>87.130</b>	<b>89.926</b>	<b>53.841</b>	<b>21.271</b>
<b>Circulante</b>	72.928	70.711	53.841	21.271
<b>Não circulante</b>	14.202	19.215	-	-
	<b>87.130</b>	<b>89.926</b>	<b>53.841</b>	<b>21.271</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL correntes	26.757	12.912	26.596	3.514
PIS e COFINS	4.275	3.265	4.275	2.511
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.238	1.620	1.197	1.229
Imposto Sobre Serviços - ISS	706	821	475	96
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.662	1.777	474	173
Outros	505	1.153	359	355
	<b>35.143</b>	<b>21.548</b>	<b>33.376</b>	<b>7.878</b>

- (a) Referem-se, basicamente, aos créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, bem como ao crédito tributário de COFINS reconhecido em 2012, relativo à ação de indébito tributário proposta pela TSN e Novatrans, a qual foi transitada em julgado, no valor total de R\$12.284, sendo R\$5.464 de principal e R\$6.820 de juros.
- (b) Refere-se ao IRRF sobre resgate de recursos oriundos de aplicações financeiras, para a transferência das novas participações no Grupo TBE.
- (c) Referem-se a impostos e contribuições sociais retidos na fonte - Lei nº 10.833/03 (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa e ATE III.

A Administração está desenvolvendo um plano para aproveitamento de seus créditos tributários, respeitando o prazo legal para aproveitamento de créditos de impostos pagos em exercícios anteriores, e, caso seja constatada a impossibilidade de recuperação por meio de compensação, será pleiteada na Receita Federal do Brasil a restituição desses valores.

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esses ativos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS**

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado, são demonstrados a seguir:

	30/09/2013			31/12/2012 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA	523.271	(414.670)	108.601	551.814	(270.468)	281.346
ATE III	34.931	(10.014)	24.917	-	-	-
<b>Ativo</b>	<b>558.202</b>	<b>(424.684)</b>	<b>133.518</b>	<b>551.814</b>	<b>(270.468)</b>	<b>281.346</b>
NTE	-	-	-	695	(45.003)	(44.308)
UNISA	-	-	-	23.075	(142.817)	(119.742)
SGT	-	(466)	(466)	-	(84)	(84)
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(466)</b>	<b>(466)</b>	<b>23.770</b>	<b>(187.904)</b>	<b>(164.134)</b>
	<b>558.202</b>	<b>(425.150)</b>	<b>133.052</b>	<b>575.584</b>	<b>(458.372)</b>	<b>117.212</b>

Os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>				
Crédito fiscal incorporado – ágio (a)	511.695	532.806	511.695	532.806
Diferenças temporárias (b)	30.376	23.310	11.576	19.008
Prejuízos fiscais	16.131	19.468	-	-
	<b>558.202</b>	<b>575.584</b>	<b>523.271</b>	<b>551.814</b>
<b>Passivo</b>				
Diferenças temporárias (b)	<b>(425.150)</b>	<b>(458.372)</b>	<b>(414.670)</b>	<b>(270.468)</b>

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	30/09/2013		31/12/2012
	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
<b>Consolidado</b>			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	27.996	9.519	13.851
Provisão para participação nos lucros	1.737	591	2.981
Provisão para fornecedores e outros	3.387	1.152	993
Provisão para parcela variável	2.396	815	3.374
Provisão para riscos trabalhistas	477	161	264
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	-	-	526
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	-	-	1.303
- Aplicação da ICPC 01 (R1)	53.344	18.138	-
<b>Total do ativo</b>		<b>30.376</b>	<b>23.310</b>
Variação cambial - regime de caixa	(19.645)	(6.679)	(20.766)
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da ICPC 01 (R1)	(1.230.418)	(418.342)	(437.606)
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	(380)	(129)	-
<b>Total do passivo</b>		<b>(425.150)</b>	<b>(458.372)</b>
<b>Controladora</b>			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	26.139	8.887	11.859
Provisão para parcela variável	2.322	789	3.258
Provisão para participação nos lucros	1.736	590	2.793
Provisão para fornecedores e outros	3.368	1.148	298
Provisão para riscos trabalhistas	477	162	256
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	-	-	526
<b>Total do ativo</b>		<b>11.576</b>	<b>19.008</b>
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da ICPC 01 (R1)	(1.219.618)	(414.670)	(270.468)
<b>Total do passivo</b>		<b>(414.670)</b>	<b>(270.468)</b>

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	13.658	30.421	33.333	35.795	36.443	362.045	511.695
Diferenças temporárias	4.741	8.277	902	748	748	14.960	30.376
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.792	3.584	3.585	3.585	3.585	-	16.131
	<b>20.191</b>	<b>42.282</b>	<b>37.820</b>	<b>40.128</b>	<b>40.776</b>	<b>377.005</b>	<b>558.202</b>

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos são aprovados pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

Com base nesses estudos, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações contábeis intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**10. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
Passivo				
PIS e COFINS diferidos (*)	<b>322.430</b>	<b>313.385</b>	<b>266.777</b>	<b>114.849</b>

(\*) Montante relacionado à diferença temporária - RTT sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
Cíveis (a)	5.340	5.148	5.324	1.243
Fiscais (b)	7.798	7.219	6.460	2.227
Trabalhistas	134	142	134	129
	<b>13.272</b>	<b>12.509</b>	<b>11.918</b>	<b>3.599</b>

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

**(a) Cíveis**

Faixa de servidão - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN, Taesa Serviços, NTE, ATE e STE relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para riscos cíveis, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é considerada possível ou remota. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era de R\$2.160.

Taxa de compensação IBAMA - Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que a empresa cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio, e, conseqüentemente, os consultores jurídicos da ATE II decidiram efetuar a liquidação do contas a pagar decorrente de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

**(b) Fiscais**

Contribuição previdenciária - mandado de segurança impetrado pela TSN, visando à obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

jurídicos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$727.

#### PIS e COFINS:

- TSN - embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$514.
- NTE - embargos à execução fiscal, interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.474.

IPI - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$771.

#### ICMS:

- Taesa Serviços - ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$215.
- ATE III - trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não obtivemos sentença. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.337.

CSLL, PIS e COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de setembro de 2013 é de R\$736.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS**

<b>Balço patrimonial</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b> (Reapresentado)
Controladas	359.005	2.166.745
Controladas em conjunto	163.522	161.733
Coligadas	1.807.008	-
	<b>2.329.535</b>	<b>2.328.478</b>

<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>01/07/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/07/2012 a 30/09/2012</b>	<b>01/01/2012 a 30/09/2012</b>
Controladas	29.104	73.531	145.949	172.208
Controladas em conjunto	6.349	4.866	8.502	41.459
Coligadas	141.702	148.872	-	-
	<b>177.155</b>	<b>227.269</b>	<b>154.451</b>	<b>213.667</b>

## a) Investimentos em controladas

	<b>Quantidade Total de ações</b>		<b>Participação - %</b>	
	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
NTE (*)	-	147.183.428	-	100%
UNISA (*)	-	1.585.626.758	-	100%
ATE III	379.500.000	-	100%	-
SGT	5.857.000	999	100%	100%

(\*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1. Todas as controladas da Companhia são empresas de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsa de valores.

A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, apresentado nas informações financeiras individuais (controladora), é como segue:

	<b>CONTROLADORA</b>					
	<b>NTE</b>	<b>UNISA</b>	<b>ATE II</b>	<b>ATE III</b>	<b>SGT</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>332.606</b>	-	-	-	-	<b>332.606</b>
Integralização de capital	-	-	-	-	1	1
Equivalência patrimonial	26.259	-	-	-	-	26.259
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>358.865</b>	-	-	-	<b>1</b>	<b>358.866</b>
Transferência de participação de controlada em conjunto (a)	-	831.024	-	-	-	831.024
Ganho na remensuração de participação detida anteriormente (a)	-	45.169	-	-	-	45.169
Aquisição de participação (a)	-	876.193	-	-	-	876.193
Equivalência patrimonial	24.216	121.730	-	-	2	145.948
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<b>383.081</b>	<b>1.874.116</b>	-	-	<b>3</b>	<b>2.257.200</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>353.245</b>	<b>1.811.003</b>	-	-	<b>2.497</b>	<b>2.166.745</b>
Incorporação de controladas - jan./2013(b)	(356.642)	(1.832.089)	724.809	353.262	-	(1.110.660)
Aumento/integralização de capital	-	-	150.000	-	3.456	153.456
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	(43.915)	(15.912)	-	(59.827)
Incorporação de controladas - jun./13 (b)	-	-	(856.400)	-	-	(856.400)
Equivalência patrimonial	3.397	21.086	25.506	(5.691)	129	44.427
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	-	-	-	<b>331.659</b>	<b>6.082</b>	<b>337.741</b>
Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	(7.840)	-	(7.840)
Equivalência patrimonial	-	-	-	28.721	383	29.104
<b>Saldos em 30 de setembro de 2013</b>	-	-	-	<b>352.540</b>	<b>6.465</b>	<b>359.005</b>

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (a) Em 3 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A no capital social da UNISA no montante de R\$876.193 (outras informações sobre essa operação estão detalhas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013). Nessa operação foi registrado um ganho na remensuração da aquisição do controle da UNISA no montante de R\$45.169.
- (b) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Dividendos intercalares 2012 UNISA - em 26 de novembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da UNISA aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$87.223, devendo tais dividendos ser pagos à sua acionista Taesa com os dividendos recebidos de suas controladas ATE, ATE II e STE. O pagamento do valor total foi realizado em 29 de novembro de 2012.

Dividendos adicionais 2012 NTE - em 26 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária da NTE aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$26.097, pagos em 29 de novembro de 2012.

Dividendos adicionais 2012 ATE II - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE II deliberou o pagamento de R\$43.915, a título de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2012. Esses dividendos foram incorporados pela Companhia conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Dividendos adicionais 2012 ATE III - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE III deliberou o pagamento de R\$15.912, a título de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2012.

Dividendos intercalares 2013 ATE III - Em 11 de setembro de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE III deliberou o pagamento de R\$7.840 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2013.

Em 13 de setembro de 2013 a ATE III pagou R\$30.000 de dividendos constituídos da seguinte forma:

R\$6.248	Referentes ao exercício de 2011
R\$15.912	Referentes ao exercício de 2012
R\$7.840	Dividendos intercalares do exercício de 2013
<u>R\$30.000</u>	

Aumento de capital ATE II - em 10 de maio de 2013, a Assembleia Geral e Extraordinária da ATE II aprovou o aumento de capital social no montante de R\$150.000, integralizados na mesma data pela Taesa. Os recursos oriundos do aumento de capital foram utilizados para o pagamento de empréstimos com BID e BNDES, para posterior incorporação da Companhia a Taesa.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

SGT - em 6 de junho de 2012, a TAESA sagrou-se vencedora do Lote E do Leilão nº 005/2012 promovido pela ANEEL, à qual a ANEEL outorgou o direito de explorar, por 30 anos, a concessão que compreende duas funções de transmissão dentro da subestação de São Gotardo 2, no Estado de Minas Gerais (SE São Gotardo 2 345/138kV, (3+1)x100MVA). Com o objetivo de explorar essa concessão, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, denominada São Gotardo Transmissora de Energia S.A. A Taesa não ofereceu desconto em relação à base inicial de RAP de R\$3.739 e espera concluir a construção dentro dos 18 meses estipulados pela ANEEL, a contar da assinatura do Contrato de Concessão nº 024/2012, celebrado em 27 de agosto de 2012.

Conforme descrito no quadro a seguir, foram deliberadas as subscrições de capital social na SGT como segue:

Data da AGE	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	
			Montante	Data
12/06/2012	Constituição da Companhia	1	(1)	15/06/2012
10/10/2012	Aumento de capital	2.400	(2.400)	10/10/2012
12/11/2012	Aumento de capital	864	(864)	16/01/2013
10/12/2012	Aumento de capital	864	(864)	28/05/2013
10/01/2013	Aumento de capital	1.728	(1.728)	28/05/2013
		<b>5.857</b>	<b>(5.857)</b>	

Em 30 de setembro de 2013, todo o capital da SGT se encontrava integralizado. Os aumentos de capital em questão visam conferir à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. A Companhia obteve liberação de parte do financiamento do BNDES para financiar o projeto. Para maiores informações vide nota explicativa nº 15.

## b) Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Quantidade Total de Ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
<b>Controladas em conjunto</b>				
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
BRASNORTE	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
<b>Coligadas diretas</b>				
EATE	180.000.010	-	49,98%	-
EBTE <sup>1</sup>	263.058.339	-	49,00%	-
ECTE	42.095.000	-	19,09%	-
ENTE	100.840.000	-	49,99%	-
ETEP	45.000.010	-	49,98%	-
ERTE	36.940.800	-	49,99%	-
<b>Coligadas indiretas</b>				
STC <sup>2</sup>	162.340.000	-	39,98%	-
ESDE <sup>3</sup>	38.291.000	-	49,98%	-
LUMITRANS <sup>4</sup>	57.576.060	-	39,98%	-
ETSE <sup>5</sup>	60.893.000	-	19,09%	-
EBTE <sup>1</sup>	263.058.339	-	25,49%	-

<sup>1</sup> A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui apenas influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinados entre as partes.

<sup>2</sup> A EATE possui 80% de participação na STC; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.

<sup>3</sup> A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.

<sup>4</sup> A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.

<sup>5</sup> A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte e influência significativa nas empresas do Grupo TBE, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas a seguir:

<b>Controladas em conjunto</b>	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")
<b>Coligadas diretas</b>	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento SA ("Alupar")
EBTE	EATE
ECTE	Alupar, Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

Os investimentos nas controladas em conjunto e coligadas são mensurados pela Companhia usando-se o método de equivalência patrimonial. A data final de reporte das informações contábeis intermediárias das controladas em conjunto e coligadas mencionadas acima é 31 de dezembro de cada exercício.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa, vide nota explicativa nº 1. Todas as controladas em conjunto e coligadas do Grupo são empresas de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsa de valores.

UNISA - Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas no Diário Oficial em 27 de março de 2013, em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. 50% das ações do capital votante da UNISA que detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III. Os 50% remanescentes foram adquiridos em 3 de julho de 2012, quando a UNISA deixou de ser uma controlada em conjunto e passou a ser uma controlada integral da Taesa. Consequentemente, os resultados referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2012 da UNISA estão sendo rerepresentados nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2012 pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 4.1.2), e as informações de resultado, quando aplicável, apresentadas a seguir para fins de comparação.

Aquisição de coligada indireta - Em 8 de agosto de 2013 sua coligada EATE celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social total das transmissoras Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão ("Transmissoras"). A EATE pagará pela aquisição das Transmissoras R\$34.100, corrigidos pela SELIC a partir de 31 de dezembro de 2012.

Serão descontados do preço quaisquer pagamentos de proventos efetuados pelas Transmissoras à Orteng a partir de 31 de dezembro de 2012, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital, acordos com, e/ou pagamentos a, partes relacionadas, incluindo os valores dos dividendos referentes aos exercícios de 2011 e de 2012 pagos a partir de 1º de janeiro de 2013.

A conclusão da operação ocorreu em 17 de outubro de 2013. Vide nota explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

I. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas, é como segue:

<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	<b>UNISA</b>	<b>ETAU</b>	<b>BRASNORTE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>801.040</b>	<b>77.210</b>	<b>79.749</b>	<b>957.999</b>
Equivalência patrimonial	29.987	1.693	1.277	32.957
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>831.027</b>	<b>78.903</b>	<b>81.026</b>	<b>990.956</b>
Transferência de participação para controlada integral	(831.027)	-	-	(831.027)
Equivalência patrimonial	-	4.854	3.648	8.502
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>83.757</b>	<b>84.674</b>	<b>168.431</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>79.332</b>	<b>82.401</b>	<b>161.733</b>
Dividendos adicionais a receber 2012	-	(6.294)	-	(6.294)
Retificação de dividendos obrigatórios a receber	-	-	3.217	3.217
Equivalência patrimonial	-	2.630	(4.113)	(1.483)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>-</b>	<b>75.668</b>	<b>81.505</b>	<b>157.173</b>
Equivalência patrimonial	-	5.831	518	6.349
<b>Saldos em 30 de setembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>81.499</b>	<b>82.023</b>	<b>163.522</b>

Dividendos adicionais 2011 - ETAU - em 24 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU deliberou pelo pagamento de R\$5.669, a título de dividendos referentes ao exercício de 2011, sendo R\$5.544 referentes a dividendos adicionais, considerando a participação da Companhia.

Dividendos adicionais 2012 - ETAU - em 11 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012. Os dividendos adicionais propostos no montante de R\$6.294, considerando a participação da Companhia, foram transferidos para a conta "Dividendos a pagar". Esses dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2013.

Retificação de dividendos 2012 - Brasnorte - a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012, restando todo o valor dos dividendos obrigatórios como reserva especial (artigo 202, inciso III, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76).

A movimentação dos investimentos em coligadas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas, é como segue:

<b>Coligadas</b>	<b>EATE</b>	<b>EBTE</b>	<b>ECTE</b>	<b>ENTE</b>	<b>ERTE</b>	<b>ETEP</b>	<b>TOTAL Grupo TBE</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação	805.807	133.552	50.764	417.998	114.830	168.464	<b>1.691.415</b>
Equivalência patrimonial	3.971	331	75	1.902	108	783	<b>7.170</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>809.778</b>	<b>133.883</b>	<b>50.839</b>	<b>419.900</b>	<b>114.938</b>	<b>169.247</b>	<b>1.698.585</b>
Equivalência patrimonial	72.365	13.873	3.504	31.081	9.788	11.091	<b>141.702</b>
Dividendos recebidos	(18.849)	-	(1.446)	(8.806)	-	(4.178)	<b>(33.279)</b>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2013</b>	<b>863.294</b>	<b>147.756</b>	<b>52.897</b>	<b>442.175</b>	<b>124.726</b>	<b>176.160</b>	<b>1.807.008</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dividendos intermediários 2013 – Grupo TBE - em 27 de agosto de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP deliberaram pelo pagamento total de R\$33.279, a título de dividendos intercalares referentes ao exercício de 2013, considerando a participação da Companhia. Os dividendos foram pagos nas seguintes datas:

Coligadas	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
28 de agosto de 2013	18.849	1.446	5.999	4.178	<b>30.472</b>
26 de setembro de 2013	-	-	2.807	-	<b>2.807</b>
	<b>18.849</b>	<b>1.446</b>	<b>8.806</b>	<b>4.178</b>	<b>33.279</b>

## II. Informações financeiras resumidas e outras

A seguir encontram-se as informações financeiras resumidas apresentadas nas informações contábeis intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicos emitidos pelo CPC.

Agregação das informações financeiras - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações financeiras das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2013				
	ETAU	Brasnorte	Sub total	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	11.307	9.534	20.841	2.177	23.018
Ativo financeiro (a)	19.807	17.053	36.860	750.699	787.559
Outros ativos circulantes	4.264	3.438	7.702	209.056	216.758
<b>Ativos circulantes</b>	<b>35.378</b>	<b>30.025</b>	<b>65.403</b>	<b>961.932</b>	<b>1.027.335</b>
Ativo financeiro (a)	105.136	243.151	348.287	1.833.897	2.182.184
Investimentos em participações societárias	-	-	-	540.547	540.547
Outros ativos não circulantes	4.228	507	4.735	65.881	70.616
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>109.364</b>	<b>243.658</b>	<b>353.022</b>	<b>2.440.325</b>	<b>2.793.347</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	7.073	10.826	17.899	189.563	207.462
Outros passivos circulantes	15.530	2.679	18.209	161.964	180.173
<b>Passivos circulantes</b>	<b>22.603</b>	<b>13.505</b>	<b>36.108</b>	<b>351.527</b>	<b>387.635</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	23.246	18.846	42.092	616.892	658.984
Outros passivos não circulantes	5.673	29.190	34.863	307.202	342.065
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>28.919</b>	<b>48.036</b>	<b>76.955</b>	<b>924.094</b>	<b>1.001.049</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>93.220</b>	<b>212.142</b>	<b>305.362</b>	<b>2.126.636</b>	<b>2.431.998</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>49.019</b>	<b>82.023</b>	<b>131.041</b>	<b>1.022.578</b>	<b>1.153.619</b>
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	32.480	-	32.480	784.430	816.910
<b>Investimento total Taesa</b>	<b>81.499</b>	<b>82.023</b>	<b>163.522</b>	<b>1.807.008</b>	<b>1.970.530</b>

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	ETAU	Brasnorte	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	8.895	11.046
Ativo financeiro (a)	18.648	18.832	37.480
Outros ativos circulantes	3.836	3.528	7.364
<b>Ativos circulantes</b>	<b>24.635</b>	<b>31.255</b>	<b>55.890</b>
Ativo financeiro (a)	104.314	261.699	366.013
Outros ativos não circulantes	4.006	578	4.584
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>108.320</b>	<b>262.277</b>	<b>370.597</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	6.996	10.760	17.756
Outros passivos circulantes	4.151	10.947	15.098
<b>Passivos circulantes</b>	<b>11.147</b>	<b>21.707</b>	<b>32.854</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	28.078	26.851	54.929
Outros passivos não circulantes	6.030	31.853	37.883
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>34.108</b>	<b>58.704</b>	<b>92.812</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>87.700</b>	<b>213.121</b>	<b>300.821</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>46.116</b>	<b>82.401</b>	<b>128.517</b>
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	33.216	-	33.216
<b>Investimento total Taesa</b>	<b>79.332</b>	<b>82.401</b>	<b>161.733</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/07/2013 a 30/09/2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	13.057	3.970	17.027	463.755	480.782
Custos e despesas	(2.248)	(1.543)	(3.791)	(46.554)	(50.345)
Receitas financeiras	246	195	441	5.797	6.238
Despesas financeiras	(759)	(829)	(1.588)	(52.621)	(54.209)
Resultado financeiro	(513)	(634)	(1.147)	(46.824)	(47.971)
Equivalência patrimonial	-	-	-	47.555	47.555
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(612)	(453)	(1.065)	(58.200)	(59.265)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>9.684</b>	<b>1.340</b>	<b>11.024</b>	<b>359.732</b>	<b>370.756</b>
<b>Lucro (prejuízo) do período - participação da Taesa</b>	<b>5.091</b>	<b>518</b>	<b>5.609</b>	<b>173.142</b>	<b>178.751</b>
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	740	-	740	(31.440)	(30.700)
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>5.831</b>	<b>518</b>	<b>6.349</b>	<b>141.702</b>	<b>148.051</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>9.684</b>	<b>1.340</b>	<b>11.024</b>	<b>359.732</b>	<b>370.756</b>
<b>Resultado abrangente do período participação da Taesa</b>	<b>5.091</b>	<b>518</b>	<b>5.609</b>	173.142	<b>178.751</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	740	-	740	(31.440)	(30.700)
<b>Resultado de equivalência patrimonial Taesa</b>	<b>5.831</b>	<b>518</b>	<b>6.349</b>	<b>141.702</b>	<b>148.051</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/07/2012 a 30/09/2012		
	ETAU	Brasnorte	Total
Receita operacional líquida	10.673	15.830	26.503
Custos e despesas	(1.076)	(1.362)	(2.438)
Receitas financeiras	156	149	305
Despesas financeiras	(942)	(1.038)	(1.980)
Resultado financeiro	(786)	(889)	(1.675)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(416)	(4.142)	(4.558)
<b>Resultado do período</b>	<b>8.395</b>	<b>9.437</b>	<b>17.382</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>4.414</b>	<b>3.648</b>	<b>8.062</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	440	-	440
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>4.854</b>	<b>3.648</b>	<b>8.502</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>8.395</b>	<b>9.437</b>	<b>17.382</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>4.414</b>	<b>3.648</b>	<b>8.062</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	440	-	440
<b>Resultado de equivalência patrimonial Taesa</b>	<b>4.854</b>	<b>3.648</b>	<b>8.502</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/01/2013 a 30/09/2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE (*)	Total
Receita operacional líquida	25.463	(9.791)	15.672	539.371	555.043
Custos e despesas	(4.668)	(4.124)	(8.792)	(53.346)	(62.138)
Receitas financeiras	474	499	973	6.302	7.275
Despesas financeiras	(2.622)	(2.409)	(5.031)	(58.752)	(63.783)
Resultado financeiro	(2.148)	(1.910)	(4.058)	(52.450)	(56.508)
Equivalência patrimonial	-	-	-	54.717	54.717
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.154)	6.529	5.375	(72.725)	(67.350)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>17.493</b>	<b>(9.296)</b>	<b>8.197</b>	<b>415.567</b>	<b>423.764</b>
<b>Lucro (prejuízo) do período - participação da Taesa</b>	<b>9.198</b>	<b>(3.595)</b>	<b>5.603</b>	<b>199.836</b>	<b>205.439</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(737)	-	(737)	(50.964)	(51.701)
<b>Resultado de equivalência patrimonial Taesa</b>	<b>8.461</b>	<b>(3.595)</b>	<b>4.866</b>	<b>148.872</b>	<b>153.738</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>17.493</b>	<b>(9.296)</b>	<b>8.197</b>	<b>415.567</b>	<b>423.764</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>9.198</b>	<b>(3.595)</b>	<b>5.603</b>	<b>199.836</b>	<b>205.439</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(737)	-	(737)	(50.964)	(51.701)
<b>Resultado de equivalência patrimonial Taesa</b>	<b>8.461</b>	<b>(3.595)</b>	<b>4.866</b>	<b>148.872</b>	<b>153.738</b>

(\*) Refere-se ao resultado do período de 01 de junho a 30 de setembro de 2013, considerando que a participação desta empresa foi adquirida em 31 de maio de 2013 conforme nota explicativa nº2.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c	01/01/2012 a 30/09/2012			
	ETAU	Brasnorte	UNISA	Total
Receita operacional líquida	21.648	24.427	146.810	192.885
Custos e despesas	(3.291)	(3.865)	(26.036)	(33.192)
Receitas financeiras	383	585	17.772	18.740
Despesas financeiras	(3.275)	(3.720)	(73.118)	(80.113)
Resultado financeiro	(2.892)	(3.135)	(55.346)	(61.373)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.051)	(4.691)	(5.454)	(11.196)
<b>Lucro do período</b>	<b>14.414</b>	<b>12.736</b>	<b>59.974</b>	<b>87.124</b>
<b>Lucro do período - participação da Taesa</b>	<b>7.579</b>	<b>4.924</b>	<b>29.987</b>	<b>42.490</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.031)	-	-	(1.031)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>6.548</b>	<b>4.924</b>	<b>29.987</b>	<b>41.459</b>
<b>Lucro abrangente do período</b>	<b>14.414</b>	<b>12.736</b>	<b>59.974</b>	<b>87.124</b>
<b>Lucro abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>7.579</b>	<b>4.924</b>	<b>29.987</b>	<b>42.490</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.031)	-	-	(1.031)
<b>Resultado de equivalência patrimonial Taesa</b>	<b>6.548</b>	<b>4.924</b>	<b>29.987</b>	<b>41.459</b>

(a) Ativo financeiro

A seguir encontram-se os saldos do ativo financeiro das controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Ativo financeiro	30/09/2013	31/12/2012
<b>Controladoras em conjunto</b>		
ETAU	124.943	122.962
Brasnorte	260.204	280.531
<b>TOTAL</b>	<b>385.147</b>	<b>403.493</b>
<b>Coligadas Diretas</b>		
EATE	960.668	-
EBTE	510.817	-
ECTE	211.276	-
ENTE	561.913	-
ERTE	141.521	-
ETEP	198.401	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.584.596</b>	<b>-</b>

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 7.

(b) Empréstimos e financiamentos

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros	Garantias	30/09/2013	31/12/2012
<b>Controladoras em conjunto</b>						
ETAU	BNDES	Jan./2018	Cesta de moedas + 4.0% a.a. TJLP + 4.0% a.a.	-100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: TAESA, Eletrosul, CEEE e DME. -Direitos da concessão ETAU. -Recebíveis da concessão ETAU.	30.319	35.074
Brasnorte	CEF	Jun./2016	117,5% do CDI	-100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletronorte e Bimetal. -Direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte. -Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	29.672	37.611
					<b>59.991</b>	<b>72.685</b>
<b>Coligadas</b>						
EATE	Debêntures	Mar./2016 Out./2017 Mai./2025	CDI + 1,3% CDI + 0,9875% TJLP + 2,56%	Sem garantias	348.376	-
EBTE	BNDES	Nov./2019	4,5% a.a.	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE,	146.102	-

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros	Garantias	30/09/2013	31/12/2012
				além da constituição de conta-reserva.		
ECTE	Debêntures	Mar./2016 Out./2017	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias	123.718	-
ENTE	Debêntures	Mar./2016 Out./2015	CDI + 1,3% TJLP + 5%	Sem garantias	103.807	-
ERTE	BNDES	Out./2015	Cesta de moedas + 5%	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.	38.773	-
		Out./2026	TJLP + 1,97%			
ETEP	Debêntures	Nov./2016	112,5% CDI	Sem garantias	45.679	-
					<b>806.455</b>	<b>-</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados na tabela possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de setembro de 2013, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(c) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constitui, quando aplicável, provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (apresentados nas informações financeiras resumidas anteriormente, na rubrica "Outros passivos não circulantes") em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Dessa forma, em 30 de setembro de 2013, a seguinte empresa apresentava processos com chance de perda provável:

	30/09/2013				Saldo em 31/12/2012
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	
<b>Controladas em conjunto</b>					
ETAU	-	-	321	321	321

Em 30 de setembro de 2013, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	30/09/2013				Saldo em 31/12/2012
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	
<b>Controladas em conjunto</b>					
ETAU	21	14	-	35	222
Brasnorte	-	198	61	259	218
	<b>21</b>	<b>212</b>	<b>61</b>	<b>294</b>	<b>440</b>
<b>Coligadas</b>					
EATE	224	2.203	655	3.082	-
EBTE	-	-	4.205	4.205	-
ECTE	-	-	33	33	-
ENTE	-	10.503	340	10.843	-
ETEP	-	-	90	90	-
	<b>224</b>	<b>12.706</b>	<b>5.323</b>	<b>18.253</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>		(Reapresentado)		
Adiantamentos diversos	17.214	15.733	16.719	11.915
Partes relacionadas (f)	75	70	22.965	23.583
Antecipações de P&D (a)	22.756	19.425	22.177	15.854
Outras contas a receber	7.038	8.983	6.847	3.010
	<b>47.083</b>	<b>44.211</b>	<b>68.708</b>	<b>54.362</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Partes relacionadas (f)	-	-	2	361
Outras contas a receber (e)	8.755	6.663	8.753	4.636
	<b>8.755</b>	<b>6.663</b>	<b>8.755</b>	<b>4.997</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Folha de pagamento	19.079	14.485	19.079	13.531
Compensação ambiental (b)	3.687	3.716	2.024	1.431
Outras contas a pagar (g)	3.872	3.986	3.865	726
	<b>26.638</b>	<b>22.187</b>	<b>24.968</b>	<b>15.688</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	29.782	45.944	27.925	36.665
Partes relacionadas (f)	-	298	912	1.834
Provisão para multa administrativa (h)	9.069	-	9.069	4
Outras contas pagar	1.850	1.668	1.850	4
	<b>40.701</b>	<b>47.910</b>	<b>39.756</b>	<b>38.503</b>

- (a) Referem-se às antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo que a Companhia possui dessa natureza registrado no grupo de Taxas Regulamentares nos montantes de R\$50.287 no consolidado e R\$48.426 na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$34.502 no consolidado e R\$32.973 na controladora em 31 de dezembro de 2012), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.
- (b) Refere-se à provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental, cujo desembolso no período de janeiro a setembro de 2013 foi de R\$34 (R\$836 no período de janeiro a setembro de 2012). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no período, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- (c) A ANEEL, por meio do Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base nesse Ofício, o ONS descontou da receita mensal da concessionária o montante de R\$26.030 na controladora e o montante de R\$38.719 no consolidado, no período de janeiro a setembro de 2013 (R\$12.691 na controladora e R\$17.244 no consolidado no período de janeiro a setembro de 2012).
- (d) Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP em 30 de setembro de 2013, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2013. Com base nesse Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa, no período de janeiro a setembro de 2013, os montantes de R\$9.529 na controladora e R\$14.148 no consolidado (R\$23.546 na controladora e R\$29.668 no consolidado no período de janeiro a setembro de 2012).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$4.536, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013 a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2014; e (ii) débitos fiscais de períodos anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, os quais vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$2.002.
- (f) Vide nota explicativa nº 14 - Partes Relacionadas.
- (g) Referem-se, basicamente, a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia, cuja expectativa de realização é inferior a doze meses.
- (h) Em 14 de junho de 2013 a Aneel emitiu o Termo de Notificação 075/2013-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, que teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, às 00h14min. Em 06 de agosto de 2013 a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta TAESA 267/2013. Em 21 de outubro de 2013 a Aneel emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da TAESA.

Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na Aneel a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias.

#### 14. PARTES RELACIONADAS

##### I - Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos apresentados nestas informações contábeis intermediárias, estão detalhados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber Taesa X UNISA X ATE III <sup>(5)</sup>		-	22.890	23.513
Contas a receber Taesa X ETAU <sup>(9)</sup>	52	49	52	49
Contas a receber Taesa X Brasnorte <sup>(10)</sup>	23	21	23	21
	<b>75</b>	<b>70</b>	<b>22.965</b>	<b>23.583</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Contas receber Taesa X NTE X SGT <sup>(6)</sup>		-	2	361
		-	<b>2</b>	<b>361</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Contas a pagar Taesa X Cemig GT <sup>(1)</sup>	-	298	-	298
Contas a pagar Taesa X UNISA X ATE III <sup>(7)</sup>	-	-	912	1.536
	-	<b>298</b>	<b>912</b>	<b>1.834</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
<b>Receita Financeira</b>				
Receita financeira Taesa X Fundo Pampulha <sup>(2)</sup>	17	252	113	447
	<b>17</b>	<b>252</b>	<b>113</b>	<b>447</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Prestação de serviços Taesa X ETAU <sup>(9)</sup>	159	147	464	437
Prestação de serviços Taesa X Brasnorte <sup>(10)</sup>	69	66	201	190
	<b>228</b>	<b>213</b>	<b>665</b>	<b>627</b>
<b>Despesas Operacionais</b>				
Outras despesas Taesa X CEMIG-GT (reversão) <sup>(1)</sup>	(298)	-	(298)	-
Pessoal Taesa X Forluz <sup>(3)</sup>	220	136	894	499
Serviços prestados Taesa X Ativas <sup>(4)</sup>	179	109	533	438
	<b>101</b>	<b>245</b>	<b>1.129</b>	<b>937</b>
<b>Custo Operacional</b>				
Pessoal Taesa X Forluz <sup>(3)</sup>	119	98	528	510
Serviços Prestados CEMIG-GT X SGT <sup>(8)</sup>	32	-	160	-
	<b>151</b>	<b>98</b>	<b>688</b>	<b>510</b>
<b>Despesa Financeira</b>				
Despesa de juros Taesa X Brasnorte <sup>(11)</sup>	-	-	-	80
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
<b>Receita Financeira</b>				
Receita financeira Taesa X Fundo Pampulha <sup>(2)</sup>	7	215	103	410
	<b>7</b>	<b>215</b>	<b>103</b>	<b>410</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Prestação de serviços Taesa X ETAU <sup>(9)</sup>	159	147	464	437
Prestação de serviços Taesa X Brasnorte <sup>(10)</sup>	69	66	201	190
	<b>228</b>	<b>213</b>	<b>665</b>	<b>627</b>
<b>Despesas Operacionais</b>				
Outras despesas Taesa X CEMIG-GT (reversão) <sup>(1)</sup>	(298)	-	(298)	-
Pessoal Taesa X Forluz <sup>(3)</sup>	220	114	888	446
Serviços prestados Taesa X Ativas <sup>(4)</sup>	179	109	533	438
	<b>101</b>	<b>223</b>	<b>1.123</b>	<b>884</b>
<b>Custo Operacional</b>				
Pessoal Taesa X Forluz <sup>(3)</sup>	119	90	512	469
	<b>119</b>	<b>90</b>	<b>512</b>	<b>469</b>
<b>Despesa Financeira</b>				
Despesa de juros Taesa X Brasnorte <sup>(11)</sup>	-	-	-	80
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80</b>

(a) Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas1. Taesa x Cemig GT - remuneração da Administração

Objeto do contrato: pagamento da remuneração global anual dos administradores da Companhia realizado pela Cemig GT referente ao exercício de 2009.

Natureza e razão para operação: processo de remuneração da Diretoria.

Data da transação: 25 de novembro de 2009.

Montante envolvido: R\$419.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$419.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 e R\$298 no Consolidado e na Controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: (R\$298) no consolidado e na controladora em 30 de setembro 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), (R\$298) no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Vigência/duração: A provisão para recebimento foi revertida em 31 de julho de 2013, após conciliação do saldo entre as partes.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Operação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009 quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia.

**2. Taesa x Cemig GT – equivalentes de caixa – Fundo Pampulha**

Objeto do contrato: a Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa – Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. A Companhia, por meio do fundo de investimento, possui um saldo de debêntures emitidas pelo Grupo CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo.

Natureza e razão para operação: aplicação do caixa da Companhia em fundo de investimento – Fundo Pampulha.

Data da transação: 19 de março de 2012.

Montante envolvido: R\$9.820.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.853.

Saldo existente: R\$2.853 no consolidado e R\$2.847 na controladora em 30 de setembro 2013 (R\$8.402 no consolidado e R\$7.787 na controladora em 31 de dezembro de 2012) registrado no balanço patrimonial na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

Resultado: R\$113 no consolidado e R\$103 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$447 no consolidado e R\$410 na controladora no mesmo período em 2012), R\$17 no consolidado e R\$7 na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$252 no consolidado e R\$215 na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**3. Taesa x Forluz – previdência privada (vide nota explicativa nº 28)**

Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para operação: plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$1.422 no consolidado e R\$1.400 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$1.009 no consolidado e R\$915 na controladora no mesmo período em 2012), R\$339 no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$234 no consolidado e R\$204 na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado).

Vigência/duração: não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**4. Taesa X Ativas – contrato de prestação de serviços**

Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$533 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$438 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), R\$179 no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$109 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção Monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: caso quaisquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**(b) Transações entre a Companhia e suas controladas e suas controladas e seus controladores****5. Contas a receber Taesa x UNISA x ATE III – contrato de compra de ações da UNISA**

Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA – ATE II e ATE III à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A, conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$22.890 na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e R\$23.513 na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito em um período inferior a doze meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. Em 28 de fevereiro de 2013, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$12.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

6. Contas a receber Taesa x NTE x SGT – reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e R\$361 na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$323 da NTE foram eliminados do contas a receber da Taesa.

7. Contas a pagar Taesa x ATE III x UNISA – reembolso de gastos entre empresas do Grupo

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$912 na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e R\$1.536 na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros da cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, o montante de R\$16 foi eliminado nesse processo. Por ocasião da incorporação da ATE II na Taesa em 30 de setembro de 2013, o montante de R\$788 foi eliminado nesse processo.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****8. CEMIG-GT x SGT – contrato de prestação de serviço de engenharia do proprietário**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da subestação São Gotardo.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário.

Data da transação: 09 de janeiro de 2013.

Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas)

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$160 no consolidado e R\$0 na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), R\$32 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: Vinte e seis meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 (noventa dias); falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; Cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e condições previstos no contrato; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a quinze dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**(c) Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto****9. Taesa x ETAU – contrato de serviços de “back-office”**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de “back-office” para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$52 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$49 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$464 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$437 consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), R\$159 no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$147 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: Quatro anos a partir da data de assinatura (23 de janeiro de 2013).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a renovação do referido contrato por meio do Despacho nº 181, de 23 de janeiro de 2013.

**10. Taesa x Brasnorte – contrato de serviços de “back-office”**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de “back-office” para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$18 (valor mensal contratual). Saldo existente: R\$23 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 (R\$21 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$201 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$190 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), R\$69 no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$66 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: Quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195/2013.

**11. Brasnorte x Taesa – reembolso de IRRF**

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: obrigação da Taesa em reembolsar o IRRF sobre o mútuo entre a Taesa e a Brasnorte não retido no pagamento do saldo desse mútuo.

Data da transação: 14 de fevereiro de 2011.

Montante envolvido: R\$3.763

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 (R\$80 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização Monetária: atualização pelo CDI.

Vigência/duração: não houve.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: o saldo foi liquidado em 13 de fevereiro de 2012.

**12. Brasnorte x Taesa (TSN) – Contrato de comodato de imóvel**

Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa – TSN (comodante).

Natureza e razão para operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: não aplicável.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: válido por tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: não houve.

**II – Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

1. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de janeiro a setembro de 2013:

- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
- Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: remuneração fixa de 63,9% e remuneração variável de 36,1%.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.

2. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a setembro de 2013:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
	01/01/2013 a 30/09/2013			
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>1.387</b>	<b>2.508</b>	<b>235</b>	<b>4.130</b>
Salário ou pró-labore	1.387	2.235	235	3.857
Benefícios diretos e indiretos	n/a	273	n/a	273
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>1.482</b>	<b>0,00</b>	<b>1.482</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	1.482	n/a	1.482
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>R\$1.387</b>	<b>R\$3.990</b>	<b>R\$235</b>	<b>5.612</b>

(n/a) = Não aplicável

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
	01/07/2013 a 30/09/2013			
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>480</b>	<b>846</b>	<b>84</b>	<b>1.410</b>
Salário ou pró-labore	480	757	84	1.321
Benefícios diretos e indiretos	n/a	89	n/a	89
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>494</b>	<b>0,00</b>	<b>494</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	494	n/a	494
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>R\$480</b>	<b>R\$1.340</b>	<b>R\$84</b>	<b>R\$1.904</b>

(n/a) = Não aplicável

3. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a setembro de 2013:

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros efetivos	11	3	5
Número de membros suplentes	11	-	5 (*)
Maior remuneração Individual no período (mensal)	11	180	6
Menor remuneração Individual no período (mensal)	5	128	5
Remuneração Individual média no período (mensal)	8	148	5

(\*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

FINANCIADORES	CONCESSÃO	CAPTAÇÃO					ENCARGOS FINANCEIROS ANUAIS
		DATA DE ASSINATURA/ EMISSÃO	TIPO	VALOR CONTRATADO	VALOR LIBERADO	VENCIMENTO FINAL	
<b>MOEDA NACIONAL - R\$</b>							
BB-BI	TAESA	10/05/2013	NP-6ª EMISSÃO	400.000	400.000	05/05/2014	104% do CDI
BNDES FINAME	TAESA-TSN	05/12/2012	CCB-SUBCRÉDITO A	23.504	5.728	15/12/2022	TAXA FIXA DE 2,5% a.a.
BNDES FINAME	TAESA-NVT	28/10/2011	CCB-SUBCRÉDITO A	587	587	12/08/2021	TAXA FIXA DE 8,7% a.a.
BNDES FINAME	TAESA-NVT	28/10/2011	CCB-SUBCRÉDITO B	168	168	12/08/2021	TJLP-TJ462+4,2% a.a.
BNDES FINAME	TAESA-TSN	20/06/2012	CCB-SUBCRÉDITO A	727	727	15/07/2022	TAXA FIXA DE 5,5% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-SUBCRÉDITO A	19.571	32	15/12/2022	TAXA FIXA DE 2,5% a.a.
<b>MOEDA ESTRANGEIRA - US\$</b>							
BID	ATE III	04/04/2008	EMPRÉSTIMO A	72.000	72.000	15/05/2023	TAXA FIXA DE 4,23%+ 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	EMPRÉSTIMO A2	23.462	23.462	15/05/2023	LIBOR+SPREAD DE 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	EMPRÉSTIMO B	110.000	110.000	15/05/2020	LIBOR+SPREAD DE 1,6% a.a.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Apresentamos a seguir um resumo de todos os financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 pelo Grupo Taesa:

Empresa/Concessão	Credor	Data de liquidação	Montante
TAESA (NVT)	SINDICATO - SANTANDER, CITIBANK E BNP	15/03/2013	13.581
STE	UNIBANCO	15/03/2013	526
STE	BNDES	15/03/2013	51.181
NTE	BNDES	15/03/2013	74.664
ATE	BNDES	15/03/2013	138.139
ATE II	BNDES	15/05/2013	228.462
ATE II	BID	15/05/2013	192.124
			<b>698.677</b>

O objetivo dessas liquidações foi reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso de gerar valor para os seus acionistas através da otimização de sua estrutura de capital. As principais características e condições desses financiamentos estão detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na Imprensa Oficial em 27 de março de 2013.

FINANCIADORES	CONCESSÃO	MOVIMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						SALDO EM 30/09/2013
		SALDO EM 31/12/2012	CAPTAÇÃO/CUSTO /INCORPORAÇÕES	VARIACÃO MONETÁRIA /CAMBIAL	ENCARGOS FINANCEIROS INCORRIDOS/CUSTO (a)	PAGOS	AMORTIZAÇÃO DE PRINCIPAL	
(Reapresentado)								
MOEDA NACIONAL - R\$								
NP	TAESA	-	399.744	-	13.082	-	-	412.826
SINDICATO-SANTANDER, CITIBANK E BNP	TAESA-NVT	16.244	-	-	226	(271)	(16.199)	-
BNDES-SANTANDER FINAME	TAESA-TSN	-	5.728	-	16	(13)	-	5.731
BNDES-SANTANDER FINAME	TAESA-NVT	764	-	-	49	(54)	(8)	751
BNDES-SANTANDER FINAME	TAESA-TSN	735	-	-	30	(30)	-	735
BNDES	TAESA-NTE	-	76.370	(123)	842	(1.160)	(75.929)	-
BNDES	TAESA-ATE	-	140.083	(251)	1.397	(1.921)	(139.308)	-
BNDES	TAESA-STE	-	52.171	(86)	576	(794)	(51.867)	-
UNIBANCO	TAESA-STE	-	655	-	6	(8)	(653)	-
<b>CONTROLADORA</b>		<b>17.743</b>	<b>674.751</b>	<b>(460)</b>	<b>16.224</b>	<b>(4.251)</b>	<b>(283.964)</b>	<b>420.043</b>
MOEDA NACIONAL - R\$								
BNDES-FINAME	SGT	-	32	-	-	-	-	32
BNDES	NTE	78.481	(76.370)	(314)	626	(606)	(1.817)	-
BNDES	ATE	142.765	(140.083)	(631)	1.029	(994)	(2.086)	-
BNDES	ATE II	240.293	-	(1.283)	7.025	(7.806)	(238.229)	-
BNDES	STE	53.432	(52.171)	(212)	427	(412)	(1.064)	-
UNIBANCO	STE	786	(655)	-	5	(5)	(131)	-
MOEDA ESTRANGEIRA - US\$								
BID	ATE II	192.632	-	(2.619)	2.110	(2.843)	(189.280)	-
BID	ATE III	329.204	-	28.399	9.255	(5.988)	(14.136)	346.734
<b>CONSOLIDADO</b>		<b>1.055.336</b>	<b>405.504</b>	<b>22.880</b>	<b>36.701</b>	<b>(22.905)</b>	<b>(730.707)</b>	<b>766.809</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>158.516</b>						<b>450.282</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>896.820</b>						<b>316.527</b>

(a) No período de janeiro a setembro de 2013 a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$104 (R\$1.703 no período de janeiro a setembro em 2012).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2014	2015	2016	Após 2016	Não circulante	Total
CDI	412.978	-	-	-	-	-	412.978
TJLP	22	5	21	21	98	145	167
TAXA FIXA	12.064	4.456	10.518	12.123	102.710	129.807	141.871
LIBOR	25.370	12.451	26.389	27.525	120.210	186.575	211.945
(-) Custos a amortizar	(152)	-	-	-	-	-	(152)
	<b>450.282</b>	<b>16.912</b>	<b>36.928</b>	<b>39.669</b>	<b>223.018</b>	<b>316.527</b>	<b>766.809</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes

As principais cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas referentes aos empréstimos e financiamentos vigentes são como segue:

Cláusulas restritivas - contratos vigentes	ATE III	TAESA	
	BID	BNDES (Santander FINAME)	BB - BI Notas promissórias (6ª Emissão)
Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.		X	
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar nem gravar e/ou, por qualquer forma, negociar as receitas vinculadas sem prévio e exposto consentimento do BID. Não constituir garantias de nenhuma espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BID.	X		
Sem autorização prévia do BID: não realizar distribuição de dividendos nem pagamento de juros sobre o capital próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas. Não emitir débitos, pagamento de juros e amortização nem novas dívidas sem autorização prévia do BID.	X		
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BID contrato de O&M em termos satisfatórios ao BID, firmado com empresa de capacidade técnica reconhecida.	X		
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.	X		
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.	X		
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e, a partir desse momento, 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.	X		
Manter em conta de reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar norte-americano).	X		
O índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 1,22.	X		
Indicadores financeiros - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - $\geq 1,3$ .	X		
Não transformar a Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.			X
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou das sociedades controladas pela Emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, um valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas informações contábeis intermediárias consolidadas à época.			X
Não ter protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$100.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data do respectivo protesto.			X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.			X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.			X

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas "covenants" anteriormente mencionadas.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes garantias para os seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de setembro de 2013:

Garantidor	Beneficiário	Garantia
TAESA-TSN/NVT	BNDES (Santander-FINAME)	1- Não há garantias.
TAESA HOLD	Notas promissórias (6ª Emissão)	1- Não há garantias.
ATE III	BID	1 - Ações nominativas da sociedade. 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão.

## 16. DEBÊNTURES

FINANCIADORES	MOVIMENTAÇÃO DE DEBÊNTURES					SALDO EM 30/09/2013
	SALDO EM 31/12/2012	VARIACÃO MONETÁRIA	JUROS		AMORTIZAÇÃO DE PRINCIPAL	
			INCORRIDOS/ CUSTOS (a)	PAGOS		
	(Reapresentado)					
Sind. de bancos (1ª emissão)	661.659	11.564	38.154	(53.313)	(216.536)	441.528
Itaú BBA (2ª emissão)	814.649	-	55.237	(33.834)	-	836.052
Itaú BBA (3ª emissão)	2.206.391	61.481	101.959	-	-	2.369.831
	<b>3.682.699</b>	<b>73.045</b>	<b>195.350</b>	<b>(87.147)</b>	<b>(216.536)</b>	<b>3.647.411</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>263.199</b>					<b>374.327</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.419.500</b>					<b>3.273.084</b>

(a) No período de janeiro a setembro de 2013 a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$1.292 (R\$1.319 no período de janeiro a setembro de 2012).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2014	2015	2016	Após 2016	Não circulante	Total
CDI	195.477	212.500	327.500	195.000	860.000	1.595.000	1.790.477
IPCA	180.303	-	101.926	-	1.579.619	1.681.545	1.861.848
(-) Custos a amortizar	(1.453)	(315)	(818)	(539)	(1.789)	(3.461)	(4.914)
	<b>374.327</b>	<b>212.185</b>	<b>428.608</b>	<b>194.461</b>	<b>2.437.830</b>	<b>3.273.084</b>	<b>3.647.411</b>

As debêntures emitidas pela Companhia possuem as seguintes características:

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
Data da emissão	15 de julho de 2010.	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão / preço	Foram emitidas 60.000 com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série e 25.500 da segunda série, perfazendo um valor total de R\$600.000.	Foram emitidas 8.150 com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da segunda série e 1.450 da 4ª série, perfazendo um valor total de R\$815.000.	Foram emitidas 2.160.000 com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da segunda série e 702.000 da 3ª série, perfazendo um valor total de R\$2.160.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento		1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015); e	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017);

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020); e  3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Atualização monetária	1ª série: não será atualizado. 2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%; e 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%; 2ª série: CDI + 1,60%; e 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%; 2ª série: IPCA + 4,85%; e 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014; e  2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série.  2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018; e  3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	1º de junho de 2010	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados.  Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados.  Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados.  Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissão, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas. Outras informações sobre essas notas promissórias estão detalhadas na nota explicativa nº 15.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As principais cláusulas restritivas referentes às debêntures emitidas pela Companhia são:

Cláusulas restritivas	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú (2ª emissão)	Itaú (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, que resulte em diminuição do rating da Emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.			X

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia possui pleno atendimento às cláusulas restritivas (*covenants*).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Em 30 de setembro de 2013 a controlada ATE III possui um instrumento derivativo que refere-se a um "Swap" de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros do financiamento contratado com o BID pela ATE III. Dadas as características do contrato, esse "swap" só impactará o resultado da Companhia e da ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros ("swap") é divulgada na nota explicativa nº 23.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados pelas empresas do Grupo (ATE II e ATE III) podem ser resumidos conforme a tabela a seguir:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber
<b>Contratos de "swap"</b>						
Posição ativa - taxa Libor	R\$138.251	380	380	R\$265.953	546	546
<b>Contratos de opções</b>						
Posição titular - compra de moeda estrangeira	-	-	-	US\$11.390	421	421
		<b>380</b>	<b>380</b>		<b>967</b>	<b>967</b>

Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em maio de 2013, a ATE II realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID, bem como os derivativos contratados nessa operação ("swap" de taxa de juros - Libor). No dia 15 de maio de 2013, também foi encerrado o período em que a ATE III deveria manter contrato de opções para a compra de moeda estrangeira. Conforme contrato com o BID, a ATE III contratava opções para as três próximas parcelas a vencer nos cinco primeiros anos do contrato, sendo a última parcela protegida por esses contratos em 15 de maio de 2013.

	Ganhos (perdas) não realizados			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Contratos de "swap"</b>				
Posição ativa - taxa Libor	13	175	(442)	(845)
<b>Contratos de opções</b>				
Posição titular - compra de moeda estrangeira	-	(418)	(1.193)	(1.527)
	<b>13</b>	<b>(243)</b>	<b>(1.635)</b>	<b>(2.372)</b>

Esse instrumento financeiro derivativo está classificado na categoria de valor justo por meio de resultado. O valor justo desse instrumento financeiro derivativo é enquadrado como nível 2, conforme definição da nota explicativa nº 23.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento e o impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como as características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Valor de referência contratado		Instituição Vencimento	Valor justo	
		30/09/2013	31/12/2012		30/09/2013	31/12/2012
<b>Contratos de "swaps" (R\$)</b>						
Propósito de proteção: Risco de taxa de juros (Libor)						
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$115.147	Santander 11/2022	-	333
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$12.555	Santander 11/2018	-	8
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 7% a.a.	R\$138.251	R\$138.251	Santander 05/2020	380	205
		<b>R\$138.251</b>	<b>R\$265.953</b>		<b>380</b>	<b>546</b>
<b>Contratos de opções (US\$)</b>						
Propósito de proteção: Mudança na taxa de câmbio (dólar norte-americano)						
US\$	R\$	-	US\$11.390	Citibank 05/2013	-	421
					<b>-</b>	<b>421</b>

O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade relacionado aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2013 está apresentado a seguir. A exposição da Companhia aos demais riscos de taxas de juros e as respectivas análises de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

Operação	Exposição/ Valor de referência	Risco	30/09/2013		
			Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Hedge</b>					
Dívida em Libor	211.945	"Swap" (*) Aumento da Libor	-	-	-
		Dívida	155	(33)	(220)
		Aumento da Libor			
<b>Efeito líquido resultado/patrimônio líquido - janeiro a setembro de 2013 - aumento (redução)</b>			<b>155</b>	<b>(33)</b>	<b>(220)</b>

(\*) O swap de taxa de juros (Libor) tem o objetivo de mitigar o risco de aumento da taxa de juros Libor, limitando sua exposição à Libor em 7%. Dadas às características do contrato, esse swap só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que os cenários estimados para Libor apresentada na nota explicativa nº 23 não ultrapassa esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo em qualquer um dos cenários anteriormente apresentados.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas não participavam de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, nem efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco, tampouco possuem garantia de margem em suas operações.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	30/09/2013				31/12/2012			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	496	2.002	26	2.524	752	100	26	878
NTE (*)	-	-	-	-	24	2.003	-	2.027
UNISA (*)	-	-	-	-	48	-	-	48
	-	-	-	<b>2.524</b>	<b>824</b>	<b>2.103</b>	<b>26</b>	<b>2.953</b>

(\*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro 2013 e 30 de setembro de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

A movimentação do período está apresentada a seguir:

	31/12/2012 (Reapresentado)	Transferência (*)	Baixas	30/09/2013
<b>Consolidado</b>				
Trabalhistas	824	-	(328)	496
Fiscais	2.103	-	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	26
	<b>2.953</b>	-	<b>(429)</b>	<b>2.524</b>
<b>Controladora</b>				
Trabalhistas	752	73	(328)	496
Fiscais	100	2.002	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	26
	<b>878</b>	<b>2.075</b>	<b>(429)</b>	<b>2.524</b>

(\*) Refere-se às incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

**Passivos contingentes**

	30/09/2013				31/12/2012			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	1.510	118.548	12.750	132.808	2.062	85.898	8.966	96.926
NTE (*)	-	-	-	-	-	5.590	484	6.074
ATE III (*)	-	16.124	75	16.199	-	-	-	-
UNISA (*)	-	-	-	-	80	41.043	7.291	48.414
	<b>1.510</b>	<b>134.672</b>	<b>12.825</b>	<b>149.007</b>	<b>2.142</b>	<b>132.531</b>	<b>16.741</b>	<b>151.414</b>

(\*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- Taesa (TSN) - referem-se basicamente a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$31.881 e embargos à execução fiscal no valor de R\$514.
- Taesa (Novatrans) - referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$13.162.
- Taesa (ETEO) - referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$39.983. O principal processo administrativo fiscal refere-se ao auto de infração sofrido no ano-calendário 2012 referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A., na aquisição da ETEO no valor de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Companhia recebeu uma intimação da Receita Federal do Brasil que julgou improcedente a impugnação do auto de infração. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão.
- Taesa (NTE) - referem-se a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$4.907, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$716, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (ATE) - referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.782, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (STE) - referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$6.157, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$4.386, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (ATE II) - referem-se a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.243, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- ATE III - referem-se a processos administrativos fiscais totalizando R\$14.787, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$1.338, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

Em 29 de março de 2012, a Taesa apresentou impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$102.374, em razão de suposta falta de recolhimento do IRRF sobre a remessa ao exterior efetuada pela Lovina à Tyco International Holding SARL ("TYCO"), em virtude da aquisição da ETEO, por entender que a alíquota aplicável ao caso seria de 25% e não de 15%. Em 21 de dezembro de 2012, foi interposto Recurso Voluntário contra a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), a qual manteve, por maioria de votos, o lançamento fiscal na sua integralidade por entender que os documentos estrangeiros apresentados pela empresa não comprovariam que a TYCO não seria regida pela lei luxemburguesa de 31 de julho de 1929 (fato que afastaria a aplicação da alíquota de 25%), o qual se encontra pendente de julgamento.

Segundo a opinião dos consultores jurídicos, as chances de êxito nesse processo são prováveis. Adicionalmente, a Administração entende que não há nenhum risco de perda financeira para a Companhia em razão do contrato de compra e venda firmado entre as partes à época, o qual garante o ressarcimento dos valores envolvidos em caso de julgamento desfavorável do processo.

#### Ativos contingentes

O principal ativo contingente do Grupo Taesa refere-se à ação judicial proposta pela Novatrans e TSN, que vem discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS, promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual estava sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 a janeiro de 2004, a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Em 4 de dezembro de 2012, houve o trânsito em julgado da referida ação que julgou favorável o pleito das empresas.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	CONSOLIDADO			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
IRPJ e CSLL correntes	(32.461)	(92.585)	(31.597)	(66.252)
IRPJ e CSLL diferidos	(85.830)	10.124	(143.299)	(136.108)
	<b>(118.291)</b>	<b>(82.461)</b>	<b>(174.896)</b>	<b>(202.360)</b>

	CONTROLADORA			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
IRPJ e CSLL correntes	(31.698)	(76.273)	(11.298)	(39.761)
IRPJ e CSLL diferidos	(74.366)	9.892	(97.720)	(92.504)
	<b>(106.064)</b>	<b>(66.381)</b>	<b>(109.018)</b>	<b>(132.265)</b>

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

CONSOLIDADO	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	596.238	833.957	474.438	671.670
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(202.721)	(283.545)	(161.309)	(228.368)
Equivalência patrimonial	50.337	52.271	2.789	14.096
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	18.745	55.433	18.880	45.678
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	-	830	1.601	2.334
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	-	73.466	-	-
Outros	15.348	19.084	(36.857)	(36.100)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)</b>	<b>(118.291)</b>	<b>(82.461)</b>	<b>(174.896)</b>	<b>(202.360)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>37%</b>	<b>30%</b>

CONTROLADORA	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	584.011	817.877	408.560	601.575
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(198.564)	(278.078)	(138.910)	(204.536)
Equivalência patrimonial	60.233	77.272	52.513	72.647
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	16.852	40.361	8.407	28.191
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	-	791	1.116	1.838
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	-	73.466	-	-
Outros	15.415	19.807	(32.144)	(30.405)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)</b>	<b>(106.064)</b>	<b>(66.381)</b>	<b>(109.018)</b>	<b>(132.265)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>18%</b>	<b>8%</b>	<b>27%</b>	<b>22%</b>

(\*) Como consequência do processo de incorporação de controladas, descrito na nota explicativa nº 1, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo, assim, a diferença temporária anteriormente existente.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará, e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem as seguintes restrições: (a) o valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos seus acionistas; (b) o valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e (c) o valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada. A seguir consta a tabela que define as principais características e prazos dos benefícios fiscais da Companhia e de suas controladas:

Concessão	Agência	Laudo Constitutivo	Localidade	Prazo
<u>Taesa</u>				
TSN	SUDENE	260/2003	BA e GO	31/12/2013
Novatrans	SUDAM	169/2004	TO, MA e DF	31/12/2013
GTESA	SUDENE	126/2004	PB e PE	31/12/2013
Patesa	SUDENE	11/2005	RN	31/12/2013
NTE (*)	SUDENE	323/2004	PE	31/12/2013
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/2007 e 38/2007	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
ATE III	SUDAM	60/2009	PA e TO	31/12/2018

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de setembro de 2013 é de aproximadamente 52,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (68,21% em 30 de setembro de 2012).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

(\*) Benefício fiscal NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0323, expedido pela SUDENE em 23 de dezembro de 2004, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º, do artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os incentivos têm validade até o ano 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (para outras informações, vide nota explicativa nº 17). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 0323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus consultores jurídicos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho final do processo.

## **20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social - em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN (203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011<sup>1</sup>), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

---

<sup>1</sup> Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de ações em 31 de dezembro de 2011 seria representado por 610.553.133 ações ordinárias - ON e 179.943.588 ações preferenciais.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previsto em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

Nova emissão de ações<sup>2</sup> - em 19 de julho de 2012, a Companhia emitiu 24 milhões de "units" no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65,00 por "unit". No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de "units", foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de "units" no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755.000, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$3.067.536, deduzido o custo de emissão, líquido de impostos e contribuições, no valor total de R\$25.501, totalizando R\$3.042.035, representado por 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do estatuto social da Companhia.

Desdobramento de ações - em 4 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, representadas ou não por certificados de depósito de ações ("units"), de forma que cada ação do capital social passará a ser representada por três ações da mesma espécie, sendo automaticamente constituídas em "units" as ações decorrentes do desdobramento de ações que constituíam "units", guardada a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais por "units", sendo observado que as ações que não estão constituídas em "units" serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de "units".

O desdobramento, por resultar apenas no aumento da quantidade de ações, sem modificação do capital social, não acarreta nenhum efeito patrimonial para a Companhia, não existindo, assim, nenhuma mudança na proporção entre ações ordinárias e preferenciais ou nos direitos e nas características de cada espécie de ação, visto que as ações oriundas do desdobramento terão todos os direitos conferidos à sua espécie e farão jus integralmente a todos os proventos, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital, que vierem a ser declarados pela Companhia a partir de 4 de dezembro de 2012 .

---

<sup>2</sup> Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de "units" emitidas foi de 81 milhões, mediante a emissão de 243 milhões de novas ações, sendo 81 milhões de ações ordinárias e 162 milhões de ações preferenciais. Em decorrência disso, o capital da Companhia passou a ser composto por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em razão da aprovação do desdobramento das ações de emissão da Companhia, o seu capital social passou a ser representado por 1.033.496.721 ações, sendo 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, sem alteração do valor do capital social.

a) A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
Cemig GT (*)	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.444.084	13,51%	186.888.144	54,66%	280.332.228	27,13%	-	-
Outros	2.460	-	4.800	-	7.260	-	-	-
<b>Total</b>	<b>691.553.133</b>	<b>100,0%</b>	<b>341.943.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,0%</b>	<b>753.157.233</b>	<b>72,87%</b>

\* Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A aprovaram a transferência de controle para a CEMIG S.A., por meio de redução de capital. Vide nota explicativa nº 31 – Eventos Subsequentes.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia.
- Aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral.
- Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia.
- Escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia.
- Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados da Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins e de Goiás, e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$82.533 em setembro de 2013 e dezembro 2012, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As seguintes condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.
- (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.
- (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
- (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
- (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE.
- d) Reserva especial - constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivo fiscal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R\$214.267. Em 27 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destinou o total dessa reserva ao pagamento de dividendos no exercício de 2012.
- e) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa, totalizando o montante de R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$61.701, será capitalizado no exercício de 2013, e o valor do benefício fiscal referente a 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013, no valor de R\$21.108, será capitalizado no exercício de 2014.
- f) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Proposta de destinação do lucro do exercício de 2012

Lucro do exercício de 2012	589.182
- Reserva legal (5%)	(29.459)
- Reserva de incentivo fiscal	(40.438)
- Dividendos intercalares pagos em 2012 (R\$0,15481 por ação ON e PN)	(160.000)
- Dividendos provisionados (R\$0,09641 por ação ON e PN)	(99.643)
- Dividendos obrigatórios (50%) (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.643)
- Dividendos adicionais propostos (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.642)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(69.897)
- Dividendos (R\$0,50245 por ação ON e PN)	(519.285)
Total	<u>(589.182)</u>

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 ratificou a referida proposta de destinação do lucro do exercício de 2012.

**21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
<b>Ativo circulante</b>				
Dividendos a receber da Brasnorte	-	3.215	-	3.215
Dividendos a receber da ETAU	6.386	1.030	6.386	1.030
Dividendos a receber da NTE (*)	-	-	-	13.027
Dividendos a receber da UNISA (*)	-	-	-	671
	<b>6.386</b>	<b>4.245</b>	<b>6.386</b>	<b>17.943</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (**)	5	99.648	5	99.648
	<b>5</b>	<b>99.648</b>	<b>5</b>	<b>99.648</b>

(\*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2012, esse saldo se refere aos dividendos obrigatórios remanescentes do exercício de 2012, no valor de R\$99.643 (R\$0,09641 por ação ON e PN), conforme destinação do lucro do exercício corrente descrita na nota explicativa nº 20, e dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$5, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Recebimento de dividendos do Grupo TBE em 27 de agosto de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP deliberaram pelo pagamento total de R\$33.279, a título de dividendos intercalares referentes ao exercício de 2013, considerando a participação da Companhia. Os dividendos foram pagos nas seguintes datas:

Coligadas	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
28 de agosto de 2013	18.849	1.446	5.999	4.178	<b>30.472</b>
26 de setembro de 2013	-	-	2.807	-	<b>2.807</b>
	<b>18.849</b>	<b>1.446</b>	<b>8.806</b>	<b>4.178</b>	<b>33.279</b>

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Recebimento de dividendos – ATE III - em 13 de setembro de 2013, a Companhia recebeu da ATE III, a título de dividendos, o valor de R\$30.000, sendo R\$21.216 referentes a destinação do resultado de 2012, R\$944 referentes a destinação do resultado de 2011 e R\$7.840 como dividendos intercalares em 2013.

Recebimento de dividendos - ETAU - em 26 de março de 2013, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$937 da ETAU.

Retificação da proposta da Administração de distribuir dividendos da Brasnorte - a Assembleia Geral Ordinária - AGO, de 30 de abril de 2013, retificou a proposta da Administração de distribuir os dividendos e deliberou pela retenção desses dividendos como reserva especial.

Pagamento de dividendos - em 10 de junho de 2013, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2012, no total de R\$359.285 (R\$0,34764 por ação ON e PN).

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de frota.

As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto, com exceção da STE, NTE, ATE, ATE II e ATE III, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em atendimento ao contrato de financiamento do BNDES e do BID, a ATE III contrata seus seguros (risco operacional e risco civil) nos termos e nas condições aceitos pelo BNDES e pelo BID. Dessa forma, para essa Companhia, o seguro abrange todas as subestações e linhas de transmissão do projeto, tendo, ainda, como beneficiário nas suas apólices os próprios financiadores BNDES e/ou BID e repassadores, durante a vigência dos respectivos contratos de financiamentos.

Em 30 de setembro de 2013 as apólices de seguros vigentes da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto eram:

<b>Responsabilidade Civil Geral - RCG</b>				
Apólice	Companhia	Vigência	L.M.I.	Prêmio
04669201310010351000080	FAIRFAX Seguros do Brasil	07/06/13 a 19/08/14	10.000	38
<b>Risco Operacional - RO</b>				
Apólice	Companhia	Vigência	DM - Valor em Risco	Prêmio
046692013100101960000199	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/08/12 a 19/08/14	933.305	616
1-96-4003629-0	ITAÚ e FAIRFAX Seguros	13/12/12 a 13/12/13	1.926.953	1.293
<b>Seguro Veículos - FROTA</b>				
Apólice	Companhia	Vigência	Indenização Integral (b)	Prêmio
33.31.1411908.0	ITAÚ Seguros	19/08/13 a 19/08/14	105% Tabela FIPE	169

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Director and Officer - D&O				
Apólice	Companhia	Vigência	L.M.I.	Prêmio
087372013010310000451	AIG Seguros Brasil	18/08/13 a 18/08/14	15.000	33

- (a) LMI - Limite máximo de indenização.
- (b) Danos materiais a terceiros - R\$600, danos corporais a terceiros - R\$600, acidentes pessoais - R\$5 e danos morais - R\$60.

### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

#### Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

#### Tipos de risco

- Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	152.056	538.696	109154	123.868
Títulos e valores mobiliários	607.661	2.087.921	526.763	1.986.399
Clientes	171.363	155.073	160.543	96.055
Ativo financeiro	<u>6.289.877</u>	<u>6.173.142</u>	<u>5.684.261</u>	<u>3.177.961</u>
	<b><u>7.220.957</u></b>	<b><u>8.954.832</u></b>	<b><u>6.480.721</u></b>	<b><u>5.384.283</u></b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### • Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários de R\$759.717 (R\$2.626.617 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os depósitos vinculados são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

#### • Clientes e ativo financeiro

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: *"Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão."* São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### b) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob as condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As liquidações e os respectivos prazos de vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 17. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos e debêntures, estão divulgados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>						
- Pós-fixada	130.061	35.487	790.957	3.055.299	1.680.211	5.692.015
- Prefixada	20	8.529	9.048	81.747	107.635	206.979
<b>TOTAL</b>	<b>130.081</b>	<b>44.016</b>	<b>800.005</b>	<b>3.137.046</b>	<b>1.787.846</b>	<b>5.898.994</b>

<b>CONTROLADORA</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 Meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>						
- Pós-fixada	130.061	22.185	775.702	2.909.840	1.583.886	5.421.674
- Prefixada	20	54	248	4.034	3.835	8.191
<b>TOTAL</b>	<b>130.081</b>	<b>22.239</b>	<b>775.950</b>	<b>2.913.874</b>	<b>1.587.721</b>	<b>5.429.865</b>

c) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, inflação e captação de recursos, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é o de gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- Risco cambial - a Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía 8% (R\$346.735) de sua dívida total (debêntures e empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o BID) e ativos de R\$80.898 atrelados à taxa de câmbio (conta de reserva em dólar norte-americano - BID). Dessa forma, eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

A análise de sensibilidade de moeda estrangeira foi determinada com base na exposição às taxas de câmbio dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto no fim do período de relatório em moeda estrangeira, ajustando sua conversão, com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. A PTAX utilizada para cálculo do cenário provável é referenciada por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As outras variáveis, que não a taxa de câmbio, envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Operação em dólar norte-americano Risco: alta da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a setembro de 2013 - aumento/(redução)			
	Exposição/valor de referência	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Ativos</b>				
Conta de reserva - BID (circulante e não circulante)	80.898	2.177	22.945	43.714
<b>Passivos</b>				
Financiamentos - BID	346.734	(9.329)	(98.345)	(187.361)
<b>Efeito líquido</b>		<b>(7.152)</b>	<b>(75.400)</b>	<b>(143.647)</b>

Taxas utilizadas	Taxa em 30/09/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
PTAX	2,2300	2,2900	2,8625	3,4350

Fonte: a PTAX utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5), em 01 de novembro de 2013.

- Risco de taxa de juros - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2013, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Instrumentos financeiros por indexador	30/09/2013	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)		
CDI	671.373	635.626
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
TJLP	167	167
CDI	2.203.455	2.203.455
IPCA	1.861.848	1.861.848
Libor	211.945	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição Risco: queda da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a setembro de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Consolidado</b>			
CDI	671.373	12.219	(108)
			(12.507)
<b>Controladora</b>			
CDI	635.626	11.568	(103)
			(11.841)

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 01 de novembro de 2013.

Análise de sensibilidade da taxa de juros variável - empréstimos e financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. O CDI e o PTAX utilizados para cálculo dos cenários prováveis são referenciados por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente).

Nos cálculos dos cenários foi considerada a variação das taxas variáveis e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: alta da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a setembro de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Consolidado</b>			
CDI	2.203.455	(40.102)	(80.330)
IPCA	1.861.848	(10.952)	(31.153)
TJLP	167	-	(2)
Libor	211.945	116	(25)
	<b>4.277.415</b>	<b>(50.938)</b>	<b>(111.510)</b>
			<b>(171.788)</b>
<b>Controladora</b>			
CDI	2.203.455	(40.102)	(80.330)
IPCA	1.861.848	(10.952)	(31.153)
TJLP	167	-	(2)
	<b>4.065.470</b>	<b>(51.054)</b>	<b>(111.485)</b>
			<b>(171.624)</b>

Taxas utilizadas	Taxa anual acumulada até 30/09/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	7,52%	10,00%	12,50%	15,00%
IPCA	5,09%	5,88%	7,25%	8,70%
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
Libor	0,4264%	0,3535%	0,4419%	0,5303%

Fonte: o CDI e o IPCA utilizados no cenário provável foram estimados com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 01 de novembro de 2013. A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas em 01 de novembro de 2013 e foi obtida do "site" do BNDES.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Libor utilizada nos empréstimos com o BID é atualizada semestralmente, sempre nos meses de maio e novembro. A Libor é uma taxa de referência diária, calculada com base nas taxas de juros oferecidas para grandes empréstimos entre os bancos internacionais que operam no mercado londrino. Em 01 de novembro de 2013 a taxa Libor de 6 meses era de 0,3535%. Fonte: Bloomberg. O BID a fornece à Companhia após cada amortização da dívida nos meses de maio e novembro.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia possui em 30 de setembro de 2013 um contrato de "swap" de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros do financiamento contratado com o BID pela ATE III, limitando sua exposição à Libor em 7%. Dadas as características do contrato, esse "swap" só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que a taxa Libor esperada apresentada na análise supramencionada não ultrapassaram esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo.

Adicionalmente, considerando que o valor justo do prêmio pago por esse contrato de "swap" em 30 de setembro de 2013 é de R\$380, o impacto no resultado da Companhia e de sua controlada ATE III no valor justo desse prêmio para os cenários de 25% e 50% está demonstrado a seguir:

	Efeito líquido no resultado consolidado/patrimônio líquido janeiro a setembro de 2013 - aumento (redução)			
	Exposição/ valor de referência	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Contrato de "swap" - Libor	380	-	(95)	(190)

- **Risco de inflação** - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.
- Riscos regulatórios - o Grupo está sujeito à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.
- Risco de seguros - o Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações, com exceção das concessões NTE, ATE e ATE II (vide nota explicativa nº 22). Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para o Grupo.
- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia e suas controladas têm à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia e por suas controladas, estas poderão não ser capazes de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia e por suas controladas poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

- Risco técnico - a infraestrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).
- Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas informações contábeis intermediárias o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

#### Gerenciamento do capital

A política da Administração é possuir uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

#### Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das informações contábeis intermediárias.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data da apresentação das informações contábeis intermediárias.
- Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de setembro de 2013.

- Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar norte-americano são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, com base na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.
- Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santader - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no site [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

	Nota	30/09/2013		31/12/2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Consolidado</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	152.056	152.056	538.696	538.696
Títulos e valores mobiliários	6	607.661	607.661	2.087.921	2.087.921
Clientes	7	171.363	171.363	155.073	155.073
Ativo financeiro	7	6.289.877	6.849.563	6.173.142	7.240.554
Instrumentos financeiros derivativos	17	380	380	967	967
		<b>7.221.337</b>	<b>7.781.023</b>	<b>8.955.799</b>	<b>10.023.211</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		31.595	31.595	26.417	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	766.809	766.809	1.055.336	1.055.336
Debêntures	16	3.647.411	3.524.441	3.682.699	3.779.450
		<b>4.445.815</b>	<b>4.322.845</b>	<b>4.764.452</b>	<b>4.861.203</b>
<b>Controladora</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109.154	109.154	123.868	123.868
Títulos e valores mobiliários	6	526.763	526.763	1.986.399	1.986.399
Clientes	7	160.543	160.543	96.055	96.055
Ativo financeiro	7	5.684.261	6.266.853	3.177.961	4.153.281
		<b>6.480.721</b>	<b>7.063.313</b>	<b>5.384.283</b>	<b>6.359.603</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota	30/09/2013		31/12/2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		21.694	21.694	9.938	9.938
Empréstimos e financiamentos	15	420.043	420.043	17.743	17.743
Debêntures	16	3.647.411	3.524.441	3.682.699	3.779.450
		<b>4.089.148</b>	<b>3.966.178</b>	<b>3.710.380</b>	<b>3.807.131</b>

CONSOLIDADO	Nota	30/09/2013			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	152.056	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	375.269	80.898	151.494	-
Clientes	7	-	171.363	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.289.877	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	380	-	-	-
		<b>527.705</b>	<b>6.542.138</b>	<b>151.494</b>	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		-	-	-	31.595
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	766.809
Debêntures	16	-	-	-	3.647.411
		-	-	-	<b>4.445.815</b>

CONSOLIDADO	Nota	31/12/2012			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
(Reapresentado)					
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	538.696	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	1.877.000	101.522	109.399	-
Clientes	7	-	155.073	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.173.142	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	967	-	-	-
		<b>2.416.663</b>	<b>6.429.737</b>	<b>109.399</b>	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		-	-	-	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.055.336
Debêntures	16	-	-	-	3.682.699
		-	-	-	<b>4.764.452</b>

### Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo através de resultado, foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**24. RESULTADO POR AÇÃO**

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, em 4 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas, após o ajuste retrospectivo decorrente do desdobramento de ações, no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

RESULTADO POR AÇÃO	CONTROLADORA			
	01/07/2013	01/01/2013	01/07/2012	01/01/2012
	a 30/09/2013	a 30/09/2013	a 30/09/2012	a 30/09/2012
Resultado do período	477.947	751.496	299.542	469.310
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	319.813	502.855	206.556	347.565
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	691.553	691.553	671.792	631.115
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	158.134	248.641	92.986	121.745
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	341.944	341.944	302.422	221.068
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072
Resultado por ação preferencial - diluído = (*)	0,46246	0,72714	0,30747	0,55072

(\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com o ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 4 - Principais Práticas Contábeis da Companhia. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro".

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A composição da receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
Operação e manutenção	104.136	100.402	306.158	246.455
Construção e indenização	15.297	6.756	65.732	9.595
Remuneração do ativo financeiro	534.670	467.547	875.254	706.409
Parcela variável e outras receitas	3.306	(6.684)	(11.743)	(8.111)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>657.409</b>	<b>568.021</b>	<b>1.235.401</b>	<b>954.348</b>
PIS e COFINS	(32.226)	(27.341)	(57.451)	(41.259)
ISS	(11)	(10)	(33)	(31)
Cota para RGR e P&D (*)	(13.128)	(13.049)	(39.250)	(30.871)
Deduções da receita	(45.365)	(40.400)	(96.734)	(72.161)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>612.044</b>	<b>527.621</b>	<b>1.138.667</b>	<b>882.187</b>

	CONTROLADORA			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
Operação e manutenção	100.774	69.620	264.157	203.392
Construção e indenização	4.241	2.565	45.964	5.404
Remuneração do ativo financeiro	490.249	236.281	755.894	443.919
Parcela variável e outras receitas	(1.185)	(1.336)	(9.787)	(2.703)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>594.079</b>	<b>307.130</b>	<b>1.056.228</b>	<b>650.012</b>
PIS e COFINS	(27.700)	(11.156)	(44.324)	(23.504)
ISS	(11)	(10)	(33)	(31)
Cota para RGR e P&D (*)	(12.317)	(8.359)	(33.101)	(24.203)
Deduções da receita	(40.028)	(19.525)	(77.458)	(47.738)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>554.051</b>	<b>287.605</b>	<b>978.770</b>	<b>602.274</b>

(\*) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D e à constituição de RGR dos serviços públicos.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis

	CONSOLIDADO			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Receita operacional bruta	657.409	568.021	1.235.401	954.348
(+/-) Efeitos de ajustes societários	(266.838)	(208.440)	(122.116)	(96.731)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>390.571</b>	<b>359.581</b>	<b>1.113.285</b>	<b>857.617</b>

	CONTROLADORA			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Receita operacional bruta	594.079	307.130	1.056.228	650.012
(+/-) Efeitos de ajustes societários	(227.899)	(76.484)	(114.906)	24.168
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>366.180</b>	<b>230.646</b>	<b>941.322</b>	<b>674.180</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	CONSOLIDADO			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicação financeira	11.592	40.333	89.599	68.325
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	120	3.172	4.846	3.172
<b>Receitas financeiras</b>	<b>11.712</b>	<b>43.505</b>	<b>94.445</b>	<b>71.497</b>
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(14.437)	(64.465)	(59.581)	(137.668)
- Debêntures	(78.819)	(35.462)	(268.395)	(118.405)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(16.659)	(2.359)	(20.494)	(5.063)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(109.915)</b>	<b>(102.286)</b>	<b>(348.470)</b>	<b>(261.136)</b>
	<b>(98.203)</b>	<b>(58.781)</b>	<b>(254.025)</b>	<b>(189.639)</b>

	CONTROLADORA			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicação financeira	10.389	31.040	79.998	56.764
<b>Receitas financeiras</b>	<b>10.389</b>	<b>31.040</b>	<b>79.998</b>	<b>56.764</b>
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	(9.000)	(44.245)	(15.764)	(111.722)
- Debêntures	(78.819)	(35.462)	(268.395)	(118.405)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(16.552)	(966)	(18.885)	(3.442)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(104.371)</b>	<b>(80.673)</b>	<b>(303.044)</b>	<b>(233.569)</b>
	<b>(93.982)</b>	<b>(49.633)</b>	<b>(223.046)</b>	<b>(176.805)</b>

**27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para seus empregados e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012 foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 30 de setembro de 2013 a adesão era de 66,18% do nosso quadro efetivo de empregados que participava do plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais (Patrocinadora-Fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela Autoridade Governamental Competente e se sujeitará à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora encontra-se totalmente coberto pelos ativos do plano.

A seguir apresentamos a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	<b>01/07/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/07/2012 a 30/09/2012</b>	<b>01/01/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/01/2012 a 30/09/2012</b>
<b>Consolidado</b>				
Despesas com previdência privada	<b>339</b>	<b>234</b>	<b>1.422</b>	<b>1.009</b>
<b>Controladora</b>				
Despesas com previdência privada	<b>339</b>	<b>204</b>	<b>1.400</b>	<b>915</b>

## 28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

### Operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações

<b>Operação e manutenção</b>	<b>Concessões</b>
Realizada com recursos próprios	Taesa (TNS, MUNIRAH, GTESA, PATESA, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE, STC, Lumitrans, EBTE e ESDE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE e ETEP (para os equipamentos nas subestações de Tucuruí e Vila do Conde)
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU

A TAESA passou a operar ATE, ATE II, ATE III e STE em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Entre eles destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

A seguir, quadro detalhado das licenças ambientais das empresas que o Grupo possui participação:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014	Licença renovada até 30/10/2014
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação
	Goianinha - Mussuré (Concessão GTESA)	339/2003	21/08/2003	21/08/2007	Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2011-045976/TEC/RLO-1017	13/01/2012	13/01/2014	Licença renovada até 13/01/2014
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/1999), válida até 13/06/2014
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/9)
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	30/03/2007	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada por dez anos
Taesa (STE)	Uruguaiiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/9)
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/9)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014	Licença renovada sob o nº 2010/0000003814 até 25/10/2014

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014
Brasnor	Juba - Jauru	298161/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnor (Of. 093/Filial/2012), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Brasnor - Nova Mutum	298160/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnor (Of. 093/Filial/2012), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015	-
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018	-
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/2007	25/09/2007	25/09/2013	Renovação solicitada ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9)
EBTE	Juína - Brasnor	302381/2011	10/06/2011	09/06/2014	-
	Juba - Brasnor	300899/2010	26/10/2010	25/10/2013	-
	Parecis - Brasnor	299964/2010	08/07/2010	07/07/2013	Renovação solicitada a SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9) Aguardando SEMA MT
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	300348/2010	16/08/2010	15/08/2013	-
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013	Renovação solicitada a FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/9)
	SE Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016	-
	SE Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014	-
ERTE	Vila do Conde - Castanhal - Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016	-
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015	-
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014	-
ESDE	SE Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016	-

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Para maiores informações vide nota explicativa nº 13.(b).

Na controlada em conjunto ETAU, as compensações ambientais descritas abaixo são contabilizadas através de equivalência patrimonial:

- FUNAI - Em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre ETAU e a FUNAI, em atendimento a Licença de Operação 452/2005. Neste termo, intitulado "Termo de Compromisso", cujo valor de aplicação é de R\$790 foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreiteiro, comunidade Kaingang, que deverão ser cumpridas pela ETAU até o final de 2013. Ressalta-se que até o presente foi cumprido 95% das medidas estipuladas no referido documento.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 30 de setembro de 2013 o saldo provisionado pela ETAU essa compensação ambiental era de R\$23 (R\$247 em 31 de dezembro de 2012).

- Reposição Florestal da ETAU junto à FEPAM/RS - Foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a respectiva aquisição. A ETAU já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com a FEPAM/RS. A estimativa é que o acordo de aquisição do terreno seja celebrado até o final do exercício de 2013. Em 29 de agosto de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da ETAU um acréscimo no orçamento de 2013, de forma a viabilizar a aquisição do terreno acima descrito no montante de R\$1.062. Em 30 de setembro de 2013 o saldo provisionado pela ETAU para essa compensação ambiental era de R\$1.450, sendo R\$388 de provisões já existentes e R\$1.062 como provisão complementar. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo era R\$201.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato.

## **29. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Fiscalização ANEEL - em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, "in loco", realizado pela ANEEL no mês de dezembro de 2011, a Taesa recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, de 1º de março de 2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentadas sete não conformidades e nove constatações/recomendações apuradas no período de quatro anos (2007 a 2010).

Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela Taesa, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A Taesa encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta Taesa nº 082/12, apresentando suas manifestações em face do Termo de Notificação ANEEL nº 033/12, em que argumenta as constatações registradas pelos Fiscais e comunica que recomendações serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador.

Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da Agência, a Taesa solicitou o arquivamento do Termo de Notificação ANEEL, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que, por sua vez, se comprometeu com os prazos determinados para ajustes de alguns procedimentos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A manifestação da ANEEL, acerca das argumentações apresentadas pela TAESA frente ao Termo de Notificação em questão deverá ser expedida até o fim do exercício de 2013.

Uma vez que o processo administrativo encontra-se na fase da notificação, as constatações apontadas na fiscalização realizada pela ANEEL não impactaram financeiramente a Taesa e foram atendidas pela Companhia em 2013 e, devidamente registradas perante o Regulador, por meio de correspondências.

Multa IBAMA - em 2002, a TSN foi autuada pelo IBAMA por construir uma parte da linha de transmissão em desconformidade com as especificações estabelecidas. À época, esse ato gerou a lavratura de um auto de infração, momento em que a TSN apresentou recurso. Em outubro de 2012, o IBAMA/GO proferiu decisão definitiva sobre o caso, mantendo a multa aplicada à época no valor de R\$100 mais correções, totalizando R\$129, valor este pago pela Companhia em 10 de janeiro de 2013.

### 30. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia realizou algumas atividades não envolvendo caixa, decorrentes da incorporação de subsidiárias integrais conforme detalhado na nota explicativa nº 1, que foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa da controladora, exceto o caixa oriundo dessas incorporações apresentado nas atividades de investimento.

Os ativos e passivos incorporados no período findo em 30 de setembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

<b>Balanco incorporado</b>	<b>Saldos incorporados</b>
Caixa e equivalentes de caixa	143.278
Títulos e valores mobiliários	27.817
Clientes	49.357
Ativo financeiro	2.391.431
Impostos e contribuições sociais	34.991
Dividendos a receber	21.024
Depósitos judiciais	7.556
Outras contas a receber	8.209
Outros ativos	2.930
Imobilizado	71
Intangível	2.580
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.689.244</b>
Fornecedores	8.913
Empréstimos e financiamentos	269.279
Taxas regulamentares	10.267
Impostos e contribuições sociais	18.602
Impostos, contribuições e tributos diferidos	325.685
Dividendos a pagar	72.387
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.075
Outras contas a pagar	14.976
<b>Total dos passivos</b>	<b>722.184</b>
<b>Acervo contábil líquido incorporado</b>	<b>1.967.060</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**31. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Novos reforços – Em 03 de outubro de 2013 foi publicada no Diário Oficial a Resolução Autorizativa nº 4.347/2013 que autorizou a implantação de reforços sob responsabilidade de diversas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, dentre as quais a TAESA (ATE, ATE II, NTE, STE, Novatrans, TSN) e ATE III, conforme descrito abaixo:

	Subestação	Reforço	Prazo para Implantação após Publicação Res. ANEEL (meses)	Enquadramento REN 443/11
TAESA (Novatrans)	SE SAMAMBAIA 500 KV	Instalação de novo Hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle do Centro de Operação TAESA.	até 12	VII
TAESA (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão da LT 500 kV Rio das Éguas – Serra da Mesa II.	até 18	IV
TAESA (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão do reator de barra.	até 18	IV
TAESA (ATE)	SE ASSIS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como o desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	até 12	VII
TAESA (ATE II)	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como o desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	até 12	VII
ATE III	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como o desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	até 12	VII
TAESA (NTE)	SE ANGELIM II 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle da NTE.	até 12	VII
TAESA (STE)	SE SANTO ÂNGELO 230 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como o desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	até 12	VII

Conclusão de compra de participação de coligadas - Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, a sua coligada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") concluiu em 17 de outubro de 2013 a aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng"), no capital social das transmissoras (i) Companhia Transleste de Transmissão, (ii) Companhia Transirapé de Transmissão e (iii) Companhia Transudeste de Transmissão ("Transmissoras"). A EATE, deste modo, tornou-se titular de 10% do capital social de cada uma das Transmissoras.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A EATE pagou pela participação acionária nas Transmissoras um valor total de R\$33.470 (trinta e três milhões, quatrocentos e setenta mil reais).

Aumento de capital social na SGT – A Assembleia Geral Extraordinária de SGT de 03 de outubro de 2013 aprovou:

- o aumento do capital social da Companhia em R\$400, elevando o capital social subscrito dos atuais R\$5.857 para R\$6.257. O aumento de capital em questão visa conferir à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. O aumento do capital social ora aprovado deverá, na presente data, ser totalmente subscrito e integralizado em dinheiro pela acionista Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
- a reforma do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia de maneira a refletir a nova expressão do capital social no Estatuto Social. A nova redação do dispositivo em comento deverá, portanto, ser a seguinte: “Artigo 4º. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$6.257.000,00 (seis milhões duzentos e cinquenta e sete mil reais), dividido em 6.257.000 (seis milhões, duzentas e cinquenta e sete mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.”

Em 03 de outubro de 2013, a Taesa integralizou o referido aumento de capital em dinheiro.

4ª emissão de debêntures - A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa de 11 de outubro de 2013 autorizou, por unanimidade:

- a captação de recursos, pela Companhia, por meio da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, todas nominativas e escriturais de emissão da Companhia, perfazendo, na data de emissão das Debêntures, o montante de até R\$540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais) (“Emissão” e “Debêntures” respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), sob o regime de melhores esforços de colocação.

Transferência das ações da TAESA da CEMIG GT para a CEMIG S.A – Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram nos termos do art. 174, §3º, da Lei das S/A, com a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) para R\$893.192.096,76 (oitocentos e noventa e três milhões, cento e noventa e dois mil, noventa e seis reais e setenta e seis centavos) em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, garantidora das Debêntures das Emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108/2013, de 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão. São elas:

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A; e
- 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A – 1ª, 2ª e 3ª séries.

\* \* \* \*

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DIRETORIA</b>	
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Djalma Bastos de Morais	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
John Michel Pimenta de Moraes Streithorst	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Sandro Rocha Peres	Gerson Gonçalves da Silva
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Marcelo Souza Monteiro (Independente)	Maurício Antônio Rosa (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Maurício Luis Luchetti (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Luiz Ricardo da Câmara Lima	Jorge Kalache Filho

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Cláudio Canalis Goulart	Maria Cristina Soares Magalhães Alves
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos	Fábio César Baptista dos Santos

**Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49**



findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Carlos Monteiro  
Contador  
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601, 602, 1002 e 1003, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 3º trimestre de 2013, findo em 30 de setembro de 2013. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2013

Clayton Ferraz de Paiva

Cláudio Canalis Goulart

José Maria Rabelo

Isabel da Silva Ramos

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2013, findo em 30 de setembro de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2013.

José Aloise Ragone Filho  
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no parecer pertinente às informações trimestrais da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2013, findo em 30 de setembro de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2013.

José Aloise Ragone Filho  
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico